



Livro Oficial do Parque Natural do Tejo Internacional

Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira Fundo Ambiental
Instituto Politécnico de Castelo Branco
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
Projeto "Promover e Valorizar o PNTI"

Contactos

Parque Natural do Tejo Internacional
pnti@icnf.pt - 272 348 140

Turismo Vila Velha de Ródão
Posto de Turismo
turismo@cm-vvrodao.pt - 272 540 312 | 963 445 928

Turismo Castelo Branco
Posto de Turismo
turismo@cm-castelobranco.pt - 272 330 339

Turismo Idanha-a-Nova
Centro Cultural Raiano
turismo@cm-idanhanova.pt - 277 202 900 | 968 122 662

AEBB - Associação Empresarial da Beira Baixa
direcao@aebb.pt - 272 340 250

Instituto Politécnico de Castelo Branco
ipcb@ipcb.pt - 272 339 600

QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
Núcleo Regional de Castelo Branco
quercus@quercus.pt - 217 788 474

ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas
Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Centro
icnf@icnf.pt - 213 507 900

www.pnti.pt



Esta publicação
é impressa com papel reciclado.

FINANCIAMENTO

FUNDO
AMBIENTAL

PARCERIA

ICNF
Instituto de Conservação
da Natureza e das Florestas

Câmara Municipal
CASTELO
BRANCO

Município
IDANHA-A-NOVA

VILA VELHA
DE RODÃO

AEBB
Associação Empresarial
da Beira Baixa

Instituto Politécnico
de Castelo Branco

QUERCUS



FICHA TÉCNICA

Livro Oficial do Parque Natural do Tejo Internacional

1ª Edição
Lisboa 2019

Edição e propriedade

ICNF, I.P. - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Copyright

Livro: © 2019 ICNF, I.P.

Imagens: © os seus autores

Textos: © os seus autores; ICNF, I.P.; IPCB; Quercus

Âmbito

Projeto “Promover e Valorizar o PNTI” - Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira

Instituto Politécnico de Castelo Branco

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Financiamento

Fundo Ambiental

Coordenação

Celestino António Morais de Almeida

João Vasco Matos Neves

Equipa Técnica

Domingos Fernando da Cunha Santos

Luís Cláudio de Brito Brandão Guerreiro Quinta-Nova

Luisa Fernanda Ribeiro Gomes Ferreira Nunes

Carlos Manuel Domingues dos Reis

Daniel Raposo Martins

Fernando Monteiro

Natália Martins Roque

Direção de Design

Rogério Paulo dos Santos Ribeiro

Design

Diana Gomes

Sofia Teixeira

Impressão e Acabamento

ORGAL - Organização Gráfica e Publicidade de Olando &CA., Lda.

Tiragem

250 exemplares

ISBN 978-972-775-232-4

Depósito Legal nº 459375/19

Índice

Introdução	11
Parque Natural do Tejo Internacional	16
A fauna	38
A flora e vegetação	55
Cultura e Património	75
Pontos de interesse	107
Bibliografia	127

*"Nada, na natureza, sofre; só suporta.
Desse modo, a natureza comporta-se politicamente.
Será justo imitá-la de vez em quando."*

Agustina Bessa Luís

As nossas Áreas Protegidas representam 8% do território continental e reúnem o conjunto mais representativo dos valores do património natural e paisagístico nacional. Constituem, por isso, um ativo do nosso capital natural que urge valorizar e mobilizar.

O Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI) existe há 19 anos, sobrepondo-se parcialmente à Zona de Proteção Especial do Tejo Internacional, Erges e Ponsul, classificada ao abrigo da Diretiva Aves, integra o Parque Internacional Tejo-Tajo, desde 2013, e foi classificado como Reserva da Biosfera da UNESCO, em 2016.

A valorização do território constitui um dos alicerces da política do XXI Governo Constitucional e a gestão ativa e de proximidade um instrumento incontornável para a sua operacionalização.

Entre outras iniciativas, que, no seu conjunto, dão corpo ao que designamos por gestão ativa e de proximidade, em abril de 2017, lançámos o Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNTI, envolvendo sete entidades: os três Municípios (Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão), o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a Quercus, o Instituto Politécnico de Castelo Branco e a Associação Empresarial da Beira Baixa. Pretendeu-se constituir uma dinâmica de colaboração e partilha, em que as diferentes entidades colocaram ao serviço do PNTI o que de melhor têm para oferecer no quadro dos seus saberes e competência.

Este Projeto Piloto permitiu evoluir para a conceção de um novo modelo de cogestão para as Áreas Protegidas, cujo regime jurídico foi aprovado pelo Governo, em junho de 2019. Trata-se de um instrumento que marcará o futuro da valorização do nosso capital natural, baseado na proximidade aos territórios e às pessoas que nele habitam, exercem as suas atividades económicas e os visitam, mas também baseado em mais conhecimento, comunicação e reforço identitário.

E este livro, que ilustra os atributos desta parcela do território, como é valiosa, singular e pode catalisar o seu desenvolvimento, é já uma evidência dos bons resultados que é possível alcançar quanto se trabalha em rede.

É compilada informação disponível sobre o PNTI que se disponibiliza, de modo muito acessível a quem a lê. Informação que contribuirá para a promoção dos valores presentes nesta área protegida, dos seus *habitats*, espécies e paisagens que lhe conferem uma identidade tão própria. Reforçará ainda os comportamentos que reconhecem o valor dos serviços que os ecossistemas prestam que, não valorizados pelo mercado, são indispensáveis para o bem-estar da sociedade, tais como o controlo da erosão, o sequestro de carbono, a regulação do ciclo hidrológico, a conservação da biodiversidade, a redução da suscetibilidade ao fogo, os espaços de lazer e fruição, entre outros.

Pelas suas imagens, este livro proporciona a contemplação deste sítio único, mas não dispensa uma visita, uma estadia, uma vivência nesta área protegida de Portugal, por certo irrepetível.

Bem Hajam!

Célia Ramos

*Secretaria de Estado do Ordenamento
do Território e Conservação da Natureza*

Introdução

Portugal é, desde há muito, reconhecido como um país detentor de riquezas naturais relevantes. Esta assunção resulta reforçada através da recente aprovação da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 (ENCNB 2030). Este novo instrumento de orientação da prossecução da política nacional em resposta à perda de biodiversidade, decorre de um trabalho evolutivo de apuramento dos propósitos estabelecidos na ENCNB adotada em 2001, mantendo-se fiel aos princípios nela então fixados e que importa realçar: do nível de proteção elevado, da utilização sustentável dos recursos biológicos, da precaução, da prevenção, da recuperação, da responsabilização, da integração, da subsidiariedade, da participação e da cooperação internacional.

Naturalmente, a ENCNB 2030 incorpora ou abre espaço a novas abordagens decorrentes da evolução do conhecimento científico, dos novos modelos de comunicação e dos novos modelos de organização e de tomada de decisão, privilegiando a sustentabilidade, o conhecimento, a participação e partilha, assim como a responsabilização, como valores transversais aos seus eixos estratégicos.

Reconhecendo o papel fulcral que o envolvimento dos diferentes setores da atividade económica, das organizações da sociedade civil, da academia e das populações e órgãos autárquicos que as representam, pode jogar no estabelecimento de um modelo de desenvolvimento sustentável assente no património natural, a ENCNB 2030 preconiza a chamada à participação organizada de todos. Fazendo-se fé que, em territórios essencialmente privados, a valorização do património natural, assente numa lógica de remuneração pelos serviços dos ecossistemas assegurados pelos produtores, gestores e proprietários em geral, poderá potenciar a criação de emprego e a fixação das populações associadas às atividades ligadas ao património natural e à prestação de serviços dos ecossistemas.

A defesa dos valores naturais tem sido objeto da definição e implementação de diversos instrumentos de política, entretanto materializados através da intervenção de organismos estatais e outros pautados pela intervenção cidadã. Foi neste contexto que surgiram as Áreas Protegidas e outras figuras de intervenção no espectro da preservação e

conservação dos valores naturais e da biodiversidade. Assim, Portugal conta, atualmente, com uma rede de figuras de organização e gestão da conservação da natureza que compreende o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) e as áreas de continuidade: a Reserva Ecológica Nacional (REN), a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e o Domínio Público Hídrico (DPH).

O SNAC engloba as Áreas Protegidas, as Áreas Classificadas da Rede Natura 2000 (Sítios de Importância Comunitária (SIC) no âmbito da Diretiva *Habitats* e Zonas de Proteção Especial (ZPE) no âmbito da Diretiva Aves) e as demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais ou bilaterais assumidos pelo Estado Português (Convenção de Ramsar; Convenção Relativa à Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural; Convenção OSPAR; Reservas da Biosfera da UNESCO; Reservas Biogenéticas; Rede Global de Geoparques da UNESCO e as Áreas Protegidas Transfronteiriças).

Conforme ilustra a figura ao lado, o território continental está polvilhado de locais marcados pelos valores e interesses relacionados com a conservação da natureza e biodiversidade. O território continental compreende, assim, com um total de 47 Áreas Protegidas, entre Parques, Reservas, Paisagens e Monumentos Naturais, sendo estes últimos orientados fundamentalmente para a salvaguarda do património geológico.

Âmbito Nacional

Parque Nacional

1 - Peneda-Gerês

Parques Naturais

- 2 - Montesinho
- 3 - Litoral Norte
- 4 - Alvão
- 5 - Douro Internacional
- 6 - Serra da Estrela
- 7 - Tejo Internacional
- 8 - Serras de Aire e Candeeiros
- 9 - Serra de São Mamede
- 10 - Sintra-Cascais
- 11 - Arrábida
- 12 - Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
- 13 - Vale do Guadiana
- 14 - Ria Formosa

Reservas Naturais

- 15 - Dunas de São Jacinto
- 16 - Serra da Malcata
- 17 - Paul de Arzila
- 18 - Berlengas
- 19 - Paul do Boquilobo
- 20 - Estuário do Tejo
- 21 - Estuário do Sado
- 22 - Lagoas de Santo André e Sancha
- 23 - S.C.Marim - V.R.S.António

Paisagens Protegidas

- 24 - Serra do Açor
- 25 - Arriba Fóssil da Casta da Caparica

Monumentos Naturais

- 26 - Cabo Mondego
- 27 - Portas de Ródão
- 28 - Pegadas de Dinossáurios de Ourém/Torres Novas
- 29 - Carenque
- 30 - Pedra da Mua
- 31 - Lagosteiros
- 32 - Pedreira do Avelino

Âmbito Regional/local - DL 19/93

Paisagem Protegida

- 33 - Albufeira do Azibo
- 34 - Corno do Bico
- 35 - Lagoas de Bartiando e São Pedro de Arcos
- 36 - Serra de Montejunto

Âmbito Regional/local - DL 142/2008

Parque Natural Regional

37 - Vale do Tua

Reserva Natural Local

- 38 - Paul da Tornada
- 39 - Estuário do Douro

Paisagem Protegida Regional

- 40 - Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica do Mindelo
- 41 - Serra da Gardunha

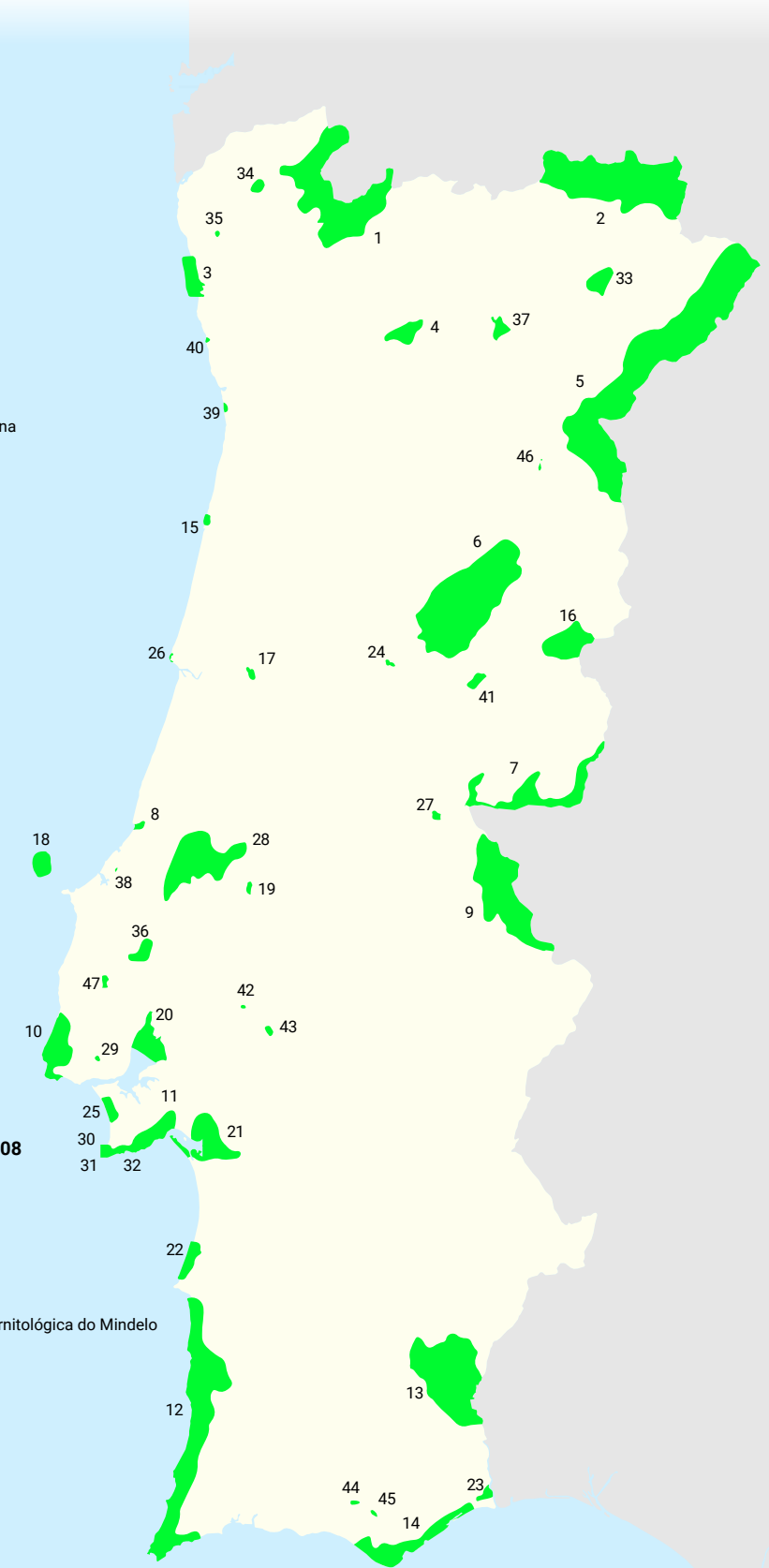
Paisagem Protegida Local

- 42 - Açude da Agolada
- 43 - Açude do Monte da Barca
- 44 - Rocha da Pena
- 45 - Fonte Benémola
- 47 - Serras do Socorro e Archeira

Âmbito Privado

Área Protegida Privada

46 - Faia Brava



Mapa da Rede Nacional de Áreas Protegidas. Fonte: ICNF, I.P., 2019

No quadro abaixo sintetiza-se a informação relativa aos conceitos e propósitos associados à tipologia de Áreas Protegidas seguida pelo ICNF, I.P., sendo que as duas últimas são de natureza muito similar e radicam na intenção de potenciar a adoção de medidas compatíveis com os objetivos de cada classificação.

Tipologias de Áreas Protegidas

Tipologia	Conceito	Propósitos
Parque Nacional	Área que contenha maioritariamente amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais e humanizadas, de elementos de biodiversidade e de geossítios, com valor científico, ecológico ou educativo.	Proteção dos valores naturais existentes, conservando a integridade dos ecossistemas, tanto ao nível dos elementos constituintes como dos inerentes processos ecológicos.
Parque Natural	Área que contenha predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de atividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços	Proteção dos valores naturais existentes, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional.
Reserva Natural	Área que contenha características ecológicas, geológicas e fisiográficas, ou outro tipo de atributos com valor científico, ecológico ou educativo, e que não se encontre habitada de forma permanente ou significativa.	Defesa do património natural, manutenção de <i>habitats</i> e proteção de recursos naturais.
Paisagem Protegida	Área que contenha paisagens resultantes da interação harmoniosa do ser humano e da natureza, e que evidenciem grande valor estético, ecológico ou cultural.	Proteção dos valores naturais e culturais existentes, realçando a identidade local.
Monumento Natural	Uma ocorrência natural contendo um ou mais aspetos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e a manutenção da sua integridade.	Proteção dos valores naturais, nomeadamente ocorrências notáveis do património geológico e das zonas imediatamente circundantes.
Área Protegida de estatuto privado	Terrenos privados não incluídos em Áreas Protegidas onde se regista a ocorrência de valores naturais que apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão.	

Fonte: ICNF, I.P., 2019

O distrito de Castelo Branco tem elementos que lhe permite reforçar seriamente a aposta que tem vindo a fazer no que concerne ao eixo de desenvolvimento assente nos recursos naturais, pois para além de integrar o Parque Natural do Tejo Internacional, tem partes significativas do

seu território associadas a outras relevantes figuras de classificação, como se apresenta no quadro. Convém, para tal, ter em consideração que neste contexto não há lugar para limites administrativos, mas antes um amplo espaço de concertação de estratégias e objetivos assentes nas características do território.

Áreas classificadas no Distrito de Castelo Branco

- Parque Natural do Tejo Internacional
- Zona de Proteção Especial do Tejo Internacional, Erges e Ponsul
- Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo/Tajo Internacional
- Parque Internacional Tejo -Tajo
- Monumento Natural das Portas de Ródão
- Reserva Natural da Serra da Malcata
- Zona de Proteção Especial da Serra da Malcata
- Sítio de Importância Comunitária da Malcata
- Reserva Biogenética da Malcata
- Parque Natural da Serra da Estrela
- Sítio de Importância Comunitária da Serra da Estrela
- Reserva Biogenética do Planalto Central da Serra da Estrela
- Convenção de Ramsar - Zona Húmida de Importância Internacional do Planalto Superior da Serra da Estrela e Troço Superior do Rio Zêzere
- Sítio de Importância Comunitária da Gardunha
- Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha
- Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional

Parque Natural do Tejo Internacional

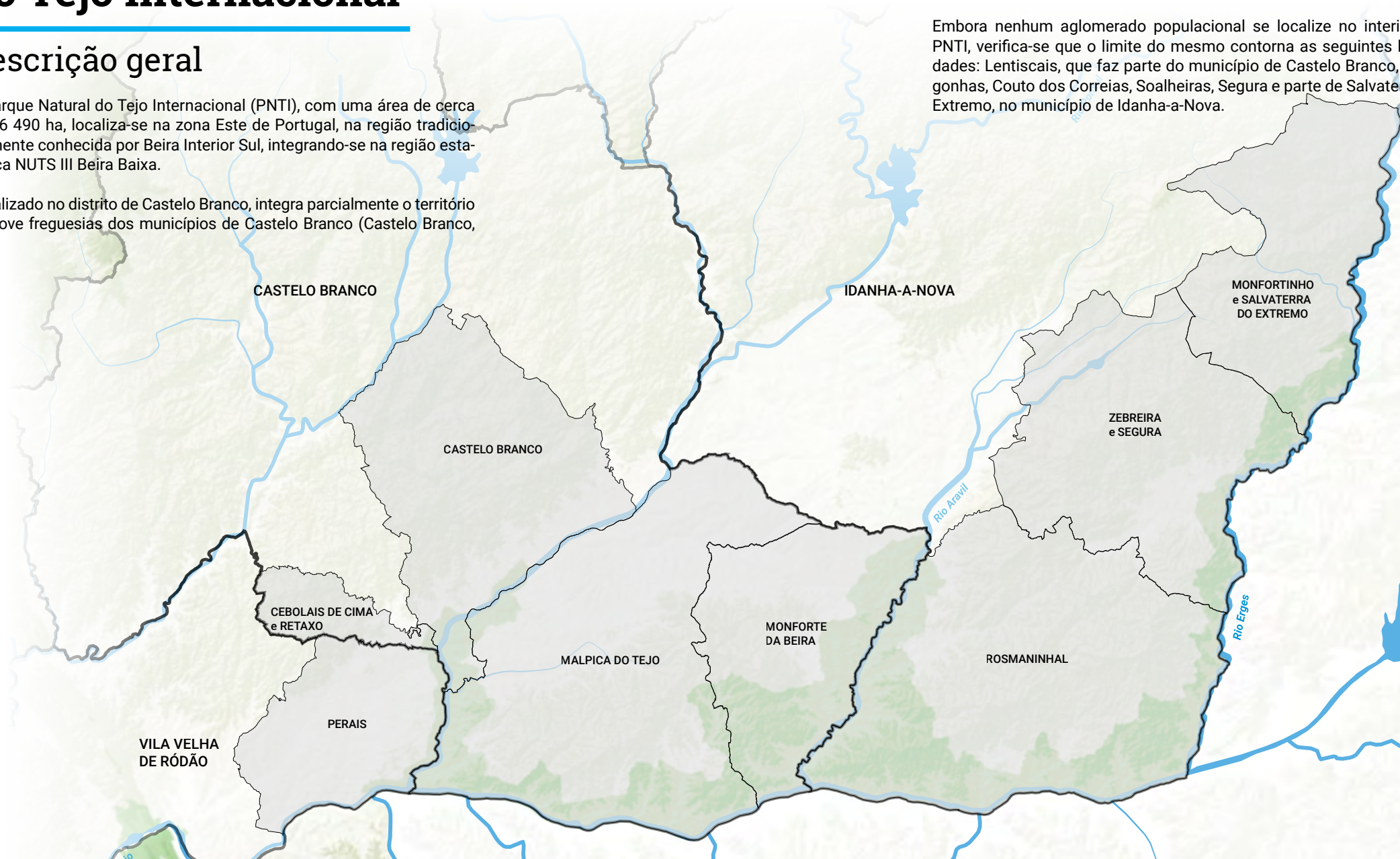
Descrição geral

O Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI), com uma área de cerca de 26 490 ha, localiza-se na zona Este de Portugal, na região tradicionalmente conhecida por Beira Interior Sul, integrando-se na região estatística NUTS III Beira Baixa.

Localizado no distrito de Castelo Branco, integra parcialmente o território de nove freguesias dos municípios de Castelo Branco (Castelo Branco,

União das freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo, Malpica do Tejo, Monforte da Beira), de Idanha-a-Nova (União das freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes, União das freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo, Rosmaninhal, União das freguesias de Zebreira e Segura) e de Vila Velha de Ródão (Perais).

Embora nenhum aglomerado populacional se localize no interior do PNTI, verifica-se que o limite do mesmo contorna as seguintes localidades: Lentisciais, que faz parte do município de Castelo Branco, e Cegonhas, Couto dos Correias, Soalheiras, Segura e parte de Salvaterra do Extremo, no município de Idanha-a-Nova.





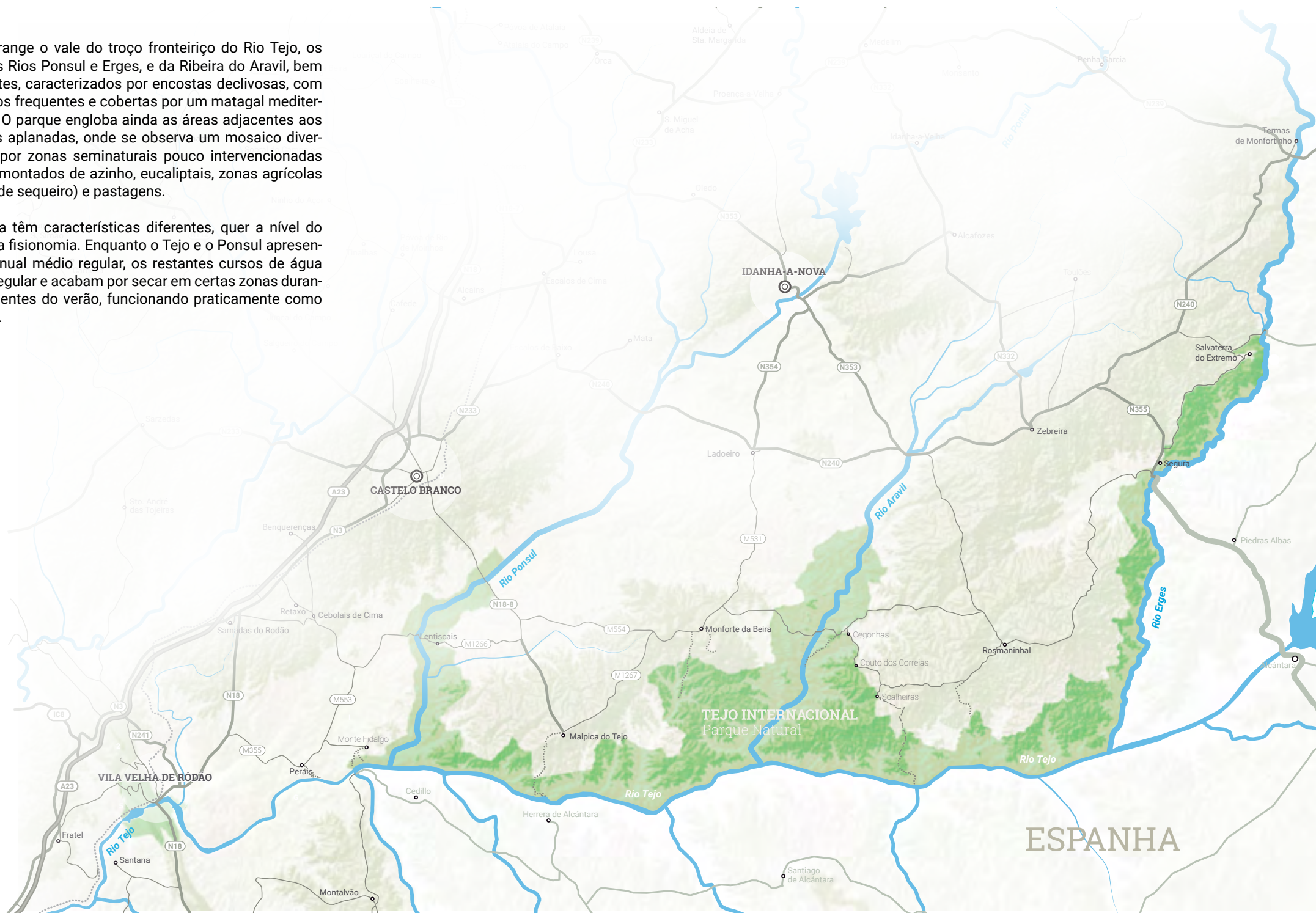
Enquadramento geográfico

O Parque Natural do Tejo Internacional abrange um território vasto que, seguindo de este para oeste, envolve as várias freguesias rurais de maior proximidade:

- **União de freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo**, no concelho de Idanha-a-Nova, configura uma das possíveis portas de entrada no PNTI, pela fronteira de Zarza la Mayor. O Rio Erges corre ao longo do percurso sinuoso da linha de fronteira, em gargantas graníticas, com o simbolismo icónico do castelo de Peñafiel, na outra margem, desafiando o povoado de Salvaterra do Extremo;
- **União de freguesias de Zebreira e Segura**, no concelho de Idanha-a-Nova, é a freguesia fronteiriça que estabelece ligação a Piedras Albas na Extremadura espanhola. Uma ponte de fundações romanas sobre o Rio Erges marca o simbolismo da passagem. É em Segura que, entre duas unidades moageiras, a Azenha do Roque e o moinho das Freiras, o primeiro afluente português do Tejo, o Erges, corre num desfiladeiro, configurando um motivo de grande interesse paisagístico e geológico;
- **Rosmaninhal**, pertencente ao concelho de Idanha-a-Nova, é uma freguesia que possui uma grande riqueza de motivos de interesse, designadamente em termos de avistamento da avifauna mais emblemática desta área protegida;
- **Monforte da Beira**, freguesia rural do concelho de Castelo Branco, tem, pela sua localização, um papel charneira de transição entre as bacias da Ribeira do Aravil e do Rio Ponsul. Do seu vasto património salienta-se o Complexo Mineiro: nas antigas minas do Pó e da Tinta;
- **Malpica do Tejo**, é a maior freguesia rural da envolvente de proximidade do PNTI. Mantém ainda uma interessante dinâmica económica, assente em atividades ligadas ao setor agrícola e agroalimentar (azeite, queijo, mel, panificação);
- **Perais**, situada no concelho de Vilva Velha de Ródão, é uma freguesia de passagem obrigatória para se aceder à foz do Rio Ponsul e à barragem de Cedilho. O Museu do Contrabando, aí instalado, constitui uma homenagem a esse legado cultural que, em tempos, configurou uma atividade económica comercial, de natureza informal, estruturante das comunidades ribeirinhas do Tejo.

O Parque Natural abrange o vale do troço fronteiro do Rio Tejo, os vales confinantes dos Rios Ponsul e Erges, e da Ribeira do Aravil, bem como os seus afluentes, caracterizados por encostas declivosas, com afloramentos rochosos frequentes e cobertas por um matagal mediterrânico rico e diverso. O parque engloba ainda as áreas adjacentes aos vales principais, mais aplanadas, onde se observa um mosaico diversificado, constituído por zonas seminaturais pouco intervencionadas (matos esclerófilos), montados de azinho, eucaliptais, zonas agrícolas (olival, cerealicultura de sequeiro) e pastagens.

Estes cursos de água têm características diferentes, quer a nível do caudal, quer a nível da fisionomia. Enquanto o Tejo e o Ponsul apresentam o escoamento anual médio regular, os restantes cursos de água exibem um regime irregular e acabam por secar em certas zonas durante os meses mais quentes do verão, funcionando praticamente como ribeiras intermitentes.





Paisagem e valores naturais

A paisagem no PNTI é relativamente diversificada, podendo ser lida como resultado da significativa humanização por um lado, e por outro como decorrente das características e da resposta que os recursos naturais foram dando ao longo dos processos de transformação. Atualmente, apresenta diferentes estados de conservação, atendendo à interação entre as componentes ambientais e as humanas.

As formações vegetais caracterizam-se por uma distribuição muito relacionada com a estrutura oro-hidrográfica do PNTI. Ao longo das linhas de água os tamujais são frequentes e mais raramente, no Erges, podem observar-se os amiais. As encostas declivosas que ladeiam os cursos de água são cobertas por um matagal mediterrânico rico e diverso, com afloramentos rochosos frequentes, dominados pelo xisto e, pontualmente, granito.

Nas áreas adjacentes aos cursos de água, mais aplanadas, são essencialmente cobertas por montados de sobro e especialmente de azinho, e ainda por zambujais e medronhais que se encontram em bom estado de conservação.

O valor faunístico é aquele que aporta mais reconhecimento ao PNTI em termos de conservação da natureza. Este decorre da importância das aves que nidificam ao longo dos vales dos cursos de água e nas encostas escarpadas, destacando-se como espécies mais importantes a cegonha-preta *Ciconia nigra*, a águia-real *Aquila chrysaetos*, a águia-de-bonelli *Aquila fasciata*, o abutre-do-egipto *Neophron percnopterus*, o bufo-real *Bubo bubo*, o grifo *Gyps fulvus* e o chasco-preto *Oenanthe leucura*.

O PNTI desempenha igualmente um papel muito importante na conservação de outras espécies associadas ao bosque mediterrânico, onde se destaca a águia-imperial-ibérica *Aquila adalberti* e o abutre-preto *Aegypius monachus*. E, ainda, para algumas espécies tipicamente estepárias com elevado estatuto de conservação em Portugal, que frequentam as áreas abertas de planalto contíguas às encostas, sendo o único sítio em Portugal onde ainda se pode encontrar o cortiçol-de-barriga-branca *Pterocles alchata*.

Os cursos de água que integram o PNTI desempenham ainda uma importante função como corredores ecológicos e *habitat* fundamental para a conservação dos valores da bacia hidrográfica, salientando-se a população de cumba *Barbus comizo*, ciprinídeo endémico da Península Ibérica e que apresenta uma distribuição global restrita às bacias do Tejo e Guadiana.



Enquadramento Legal

O Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI) foi criado pelo Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de agosto, dada a importância da área em termos de conservação da natureza, por apresentar um conjunto de formações vegetais bem conservadas, bem como espécies da fauna de inegável valor. Ao nível da avifauna, assume particular relevância a ocorrência de espécies rupícolas, estritamente protegidas por convenções internacionais, que nidificam nas encostas escarpadas do vale do Rio Tejo e afluentes. A criação desta Área Protegida visou mormente a salvaguarda desses valores, tendo sido definidos os seguintes objetivos específicos:

- conservar e valorizar o património natural e paisagístico, através de um correto ordenamento, conforme as potencialidades e características de cada zona, tendo em vista a preservação da biodiversidade e a utilização sustentável das espécies, *habitats* e ecossistemas;
- apoiar as atividades humanas tradicionais, potenciando o seu desenvolvimento económico e o bem-estar das populações residentes, em harmonia com a conservação da natureza;
- valorizar e salvaguardar o património arquitetónico, arqueológico e etnológico da região, promovendo a sua divulgação e a educação ambiental;
- ordenar e disciplinar as atividades turísticas e recreativas, de forma a evitar a degradação do património da região e a permitir o seu uso sustentável.

Com a criação do PNTI pretendeu-se promover o desenvolvimento sustentável da região, em estreita cooperação com as populações residentes, no respeito pela propriedade privada, apoiando a agricultura e as atividades agro-silvo-pastoris, praticadas em regime extensivo, e assegurando o ordenamento cinegético.

Entretanto o PNTI, na sequência da identificação de diversos valores avifaunísticos em três zonas contíguas à Área já Protegida que justificavam a sua inclusão nesta, os limites foram então alargados, conforme o Decreto Regulamentar n.º 21/2006, de 27 de dezembro.

Em 2008 o PNTI viu o seu Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional (POPNTI) aprovado através da Resolução do Conse-

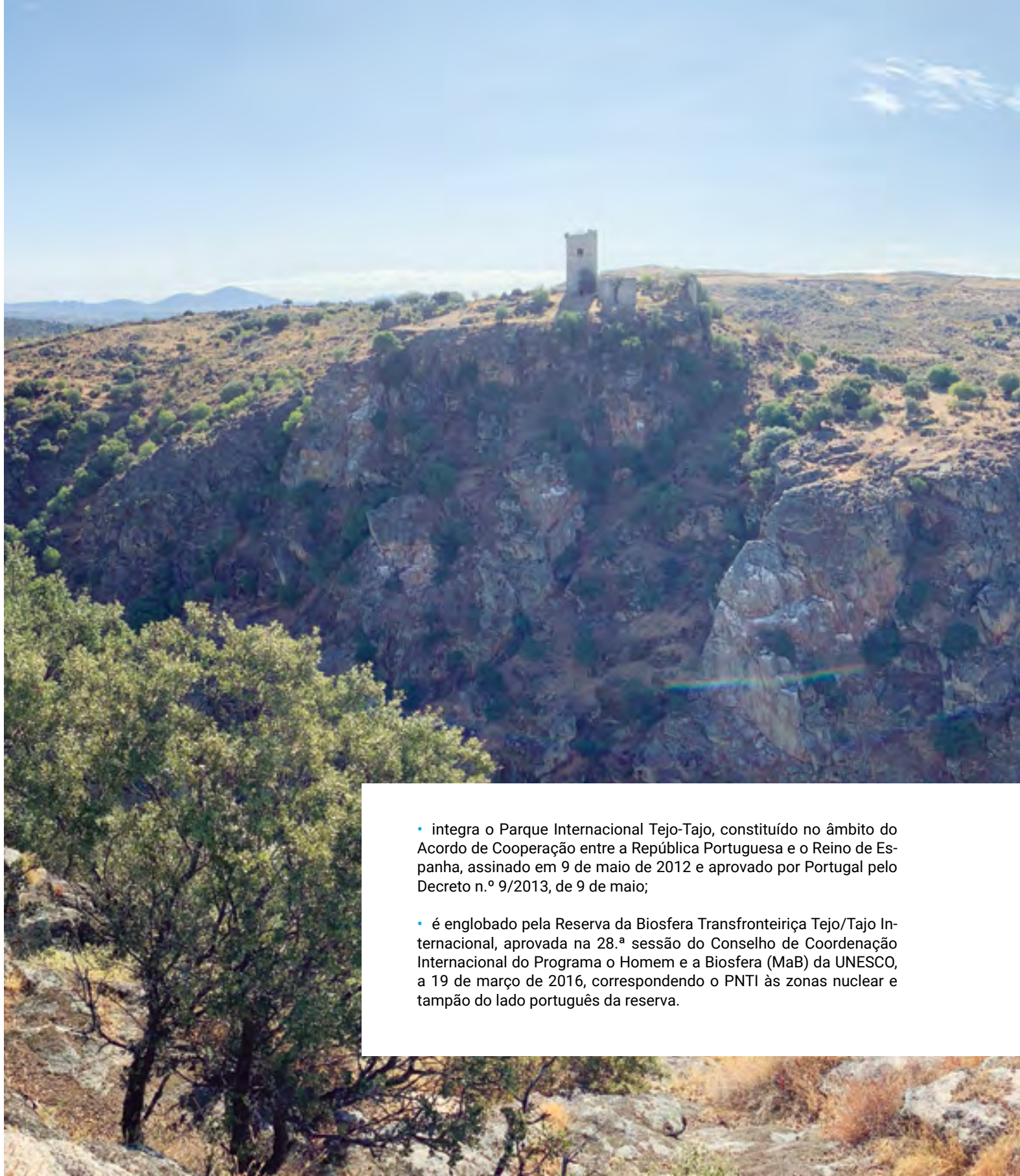
Iho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro tendo em vista, entre outras, duas razões essenciais:

- a necessidade de promover a conservação de valores de relevante importância biológica, em especial as condições de reprodução para espécies muito suscetíveis à perturbação, como sejam a cegonha-preta, o abutre-do-egipto, o grifo, a águia-real, a águia-de-bonelli e o bufo-real;
- a necessidade de assegurar a conservação dos valores naturais que estiveram na origem da classificação desta área como parque natural e como Zona de Proteção Especial (ZPE), integrada na Rede Natura 2000.

Em 2013, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2013, de 28 de outubro, por sua vez corrigida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2014, de 10 de março, foi aprovada uma alteração ao POPNTI, que visou adequar a possibilidade de realização de algumas utilizações do plano de água da albufeira de Cedilho, em particular no que respeita a embarcações com motor, relevantes no contexto da melhoria das condições socioeconómicas regionais, em compatibilidade com os valores naturais em presença na área protegida.

A importância do PNTI para a conservação da natureza conferiu-lhe igualmente outros estatutos de proteção nacional e internacional:

- sobrepõe-se parcialmente à Zona de Proteção Especial (ZPE) Tejo Internacional, Erges e Ponsul, classificada pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro, ao abrigo da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril de 1979 (Diretiva Aves), integrando, nessa medida, a Rede Natura 2000. Os limites desta Zona de Proteção Especial foram alvo de ajustamento através do Decreto-Lei n.º 141/2002, de 20 de maio, com vista a assegurar a integração de áreas adicionais com importantes valores avifaunísticos;
- encontra-se incluído no Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional (constituído pelos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Nisa, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão), integrando em 2006 a Rede Mundial de Geoparques, e passando a incluir os Geoparques Mundiais da UNESCO na sequência do estabelecimento desta iniciativa da UNESCO em 2015;



- integra o Parque Internacional Tejo-Tajo, constituído no âmbito do Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha, assinado em 9 de maio de 2012 e aprovado por Portugal pelo Decreto n.º 9/2013, de 9 de maio;

- é englobado pela Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo/Tajo Internacional, aprovada na 28.ª sessão do Conselho de Coordenação Internacional do Programa o Homem e a Biosfera (MaB) da UNESCO, a 19 de março de 2016, correspondendo o PNTI às zonas nuclear e tampão do lado português da reserva.



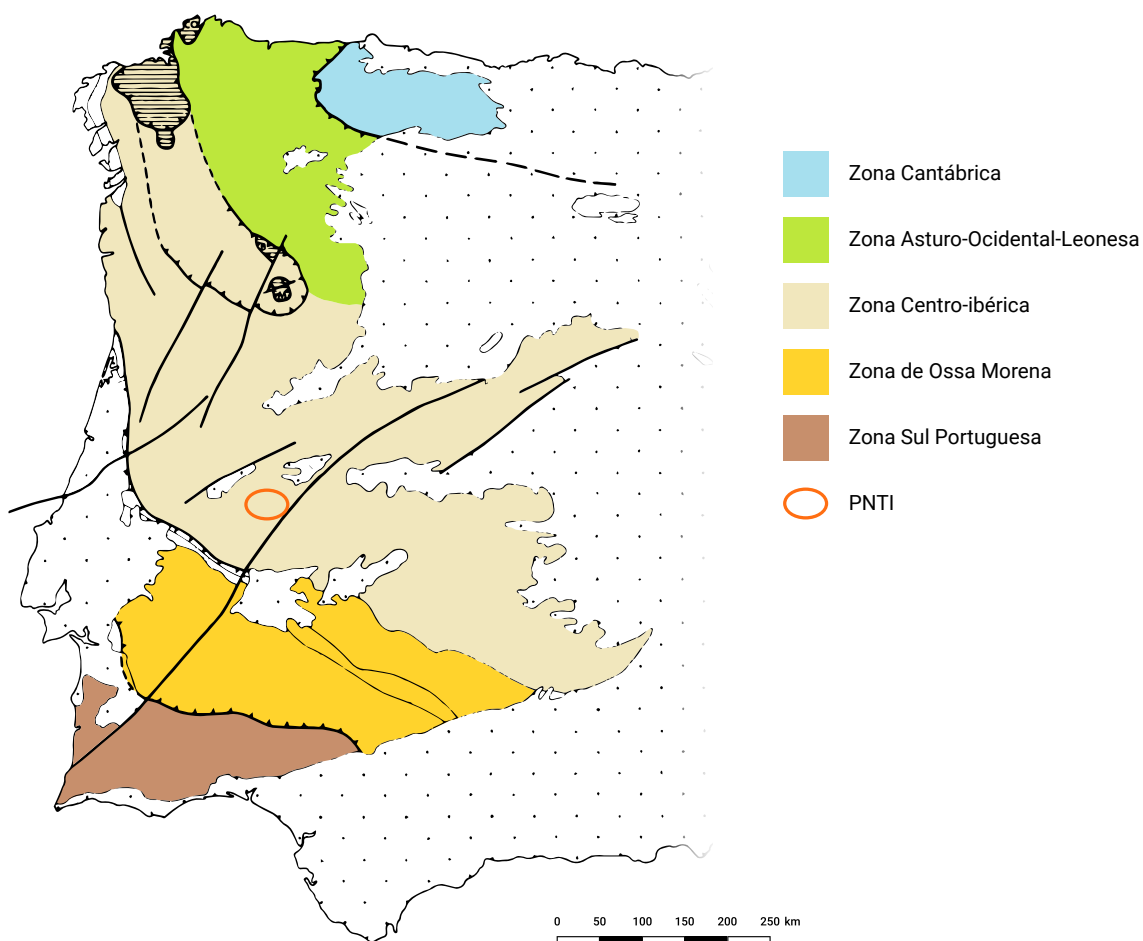
Caracterização Física

Clima

O Parque Natural do Tejo Internacional insere-se na bacia hidrográfica do Tejo, que em termos climatológicos apresenta um cariz mediterrânico caracterizado pelo pico do calor e a maior secura coincidirem no tempo. Faz a separação entre o clima quente e seco característico da região Sul de Portugal Continental e o clima temperado e húmido característico da região Norte. Especificamente, a zona do Parque está sob a influência, da barreira formada pela Serra da Estrela que condiciona o respetivo clima, favorecendo as suas características que vão de sub-húmido a húmido, com escoamentos baixos e reduzidas precipitações.

Geologia

O Parque Natural do Tejo Internacional está totalmente inserido na zona centro-ibérica, como demonstrado na imagem abaixo, em termos tectono-estratigráficos, pertencendo esta zona à grande unidade morfo-estrutural designada por Maciço Ibérico (Hespérico ou Antigo).



Zonas geológicas do Maciço Ibérico. - Fonte: adaptado de INEG, 2019

As formações que afloram na área do PNTI são das mais antigas do país, com idades desde o Câmbrio (540-485 Ma) à atualidade, apresentando litologias de diversas origens (sedimentares, magmáticas e metamórficas).

Os terrenos incluídos no PNTI pertencem ao designado “Grupo das Beiras” - ainda mais antigo do que as rochas que afloram no Parque. Formaram-se em ambiente marinho e devido à própria dinâmica deste tipo de ambiente originaram-se leques turbidíticos de sedimentos, que ficaram depositados no interior de um rift e que por subsidência sofreram metamorfismo, dando mais tarde origem a metagrauvasques e metapelitos. Estas novas rochas foram sujeitas à orogenia Cadomiana (há cerca de 600 Ma) no Pré-câmbrio, tendo como resultado a deformação e elevação do Grupo das Beiras. Um pouco mais tarde ocorreu a intrusão de um batólito de granito (correspondia a uma câmara magmática, há cerca de 370 Ma) e por isso durante a sua ascensão, deu origem a metamorfismo de contacto.

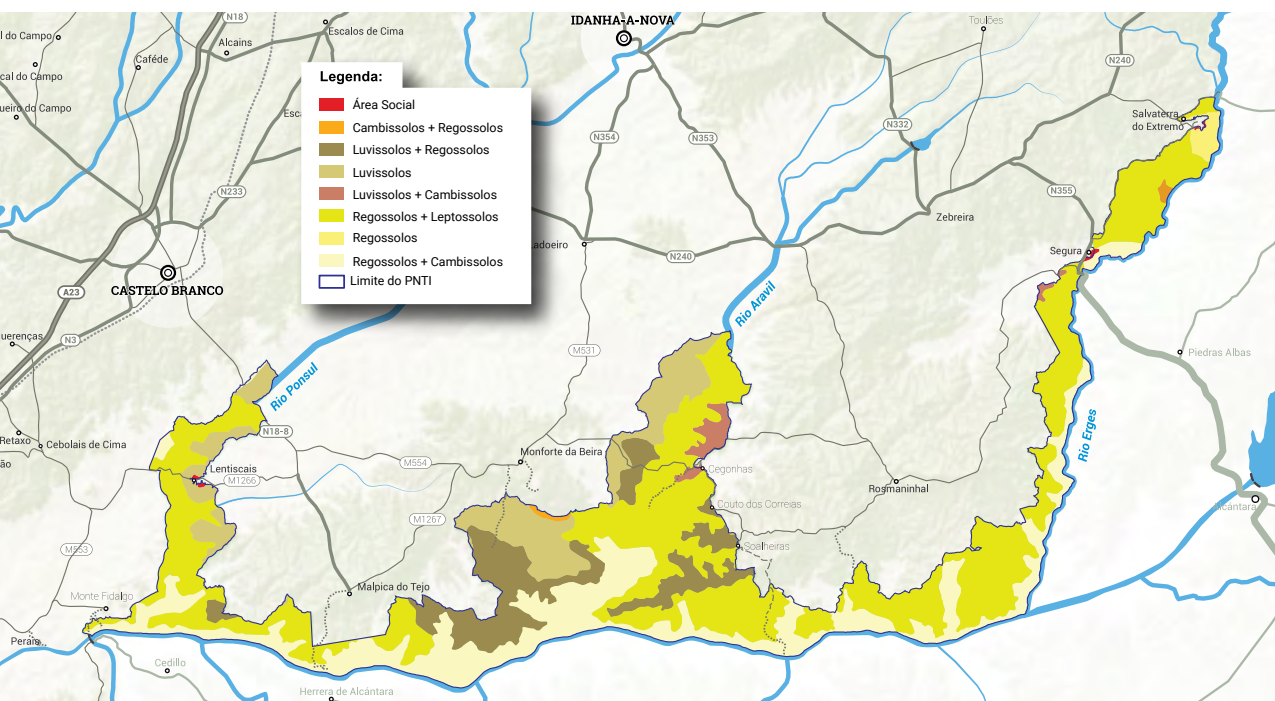
Durante a orogenia Varisca (ou Hercínica), que atuou durante o Paleozóico (cessou há cerca de 250 Ma) houve intrusão, deformação e posterior metamorfismo desta formação sedimentar (Grupo das Beiras), o que levou ao desenvolvimento de importantes falhas como a do Ponsul, com expressão territorial nacional.

A evolução morfológica do Maciço Hespérico, desde o final da Orogenia Varisca até à atualidade foi controlada por dois fatores que tiveram uma influência determinante: o clima e a tectónica. O clima manteve-se tropical húmido durante o Mesozóico o que proporcionou um relevo mais adoçado, dando origem a zonas mais ou menos aplanadas. O encaixe da rede hidrográfica do Rio Tejo e sua morfogenética associada, deveu-se ao aumento de precipitação e ao degelo no fim da última era glacial, designada por “Würm”, que ocorreu num período entre 35.000 e 20.000 anos a.C., conferindo a esta rede um maior poder erosivo, talhando os canais de escoamento como se apresentam atualmente.



Solos

Os solos existentes na área do Parque são apresentados na Figura seguinte, com base na Carta de Solos e de Aptidão das Terras da Zona Interior Centro, elaborada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa) em 2004.



Carta de Solos e de Aptidão das Terras da Zona Interior Centro - Fonte: IDRHa, 2004

- **Cambissolos** – solos que são pouco ou moderadamente desenvolvidos, apresentando baixa permeabilidade.
- **Leptossolos** – solos muito finos e superficiais, que cobrem rocha ou material não consolidado.
- **Luvissoles** – solos que apresentam um horizonte com alta concentração em argilas e saturação de bases.
- **Regossolos** – solos muito pobres e muito pouco desenvolvidos.

A unidade pedológica presente em maior percentagem na área do PNTI são os Regossolos, mais concretamente os Regossolos Dístricos. Estes solos apresentam um perfil A C R ou AR, com um horizonte superficial inferior a 35 cm. Encontram-se associados aos xistos e granitos.

Hidrologia

O comportamento e desenvolvimento da rede hidrográfica existente no PNTI dependem essencialmente da geomorfologia e litologias presentes, clima e ocupação do solo. Por outro lado, pelo facto de se tratar de uma bacia internacional, a qualidade e quantidade dos recursos hídricos são fortemente influenciadas pelas aflúncias de Espanha, as quais têm vindo a diminuir ao longo do tempo, por efeito do aumento dos usos da água, associado ao aumento da capacidade de armazenamento nas albufeiras espanholas da bacia hidrográfica do Tejo (APA, 2016).

O Parque é delimitado a sul pelo Rio Tejo para o qual confluem três linhas de água: o Rio Erges, o Rio Ponsul e a Ribeira do Aravil. De acordo com o Plano de Bacia da Região Hidrográfica do Tejo e ribeiras do Oeste (PGRH5A), o PNTI é abrangido por três sub-bacias: as sub-bacias correspondentes a dois dos afluentes principais do Tejo no PNTI (Erges e Ponsul) e a sub-bacia do Tejo, que integra a totalidade do curso de água principal desde o Tejo superior até à foz e inclui a Ribeira do Aravil. A Albufeira de Cedillo engloba a totalidade dos Rios Tejo e Ponsul que se encontram no interior do PNTI, bem como pequenos troços na foz do Erges e Aravil.



Conservação dos valores naturais

Os horizontes de conservação seguidos relativamente ao PNTI focam-se essencialmente na salvaguarda das condições de *habitats* da avifauna, na manutenção da tranquilidade no período de reprodução e na disponibilidade de presas e de alimento.

Manutenção das atividades agrícolas tradicionais

Os meios agrícolas de cariz pseudo-estepário - culturas agrícolas tradicionais de sequeiro, pastagens e pousios - são áreas importantes como *habitat* para diversas espécies de aves importantes no Tejo Internacional, nomeadamente aquelas associadas a meios abertos e secos. Os montados, as formações arbustivas e florestais das encostas, bem como a vegetação ribeirinha, são fundamentais como local de refúgio e de nidificação para muitas das espécies de aves, além de formarem comunidades vegetais protegidas e de grande valor natural e paisagístico. A manutenção destes espaços, e das atividades agrícolas e de pastoreio extensivo associadas, revestem-se da maior importância na gestão deste espaço natural, sendo necessário também que se mantenham as áreas ocupadas por matos e que não sejam instalados novos povoamentos florestais de espécies exóticas. As extensas manchas de eucaliptal deverão, gradualmente, ser convertidas em áreas naturais, designadamente em áreas florestais de espécies autóctones, tais como os azinhais.

Tranquilidade

Este é um fator muito importante para a conservação das espécies de aves de maior valor natural do Tejo Internacional, considerando que a sua ocorrência nesta zona é devida em grande medida ao isolamento e à reduzida presença humana nestes espaços. A perturbação nos locais de reprodução no início deste período pode afastar definitivamente os animais da área, deixando esta de ser utilizada para esse fim. Se a perturbação ocorrer quando a reprodução já está a decorrer, o afastamento dos adultos do ninho, mesmo que temporário, expõe ao frio, à chuva ou ao calor os ovos e crias, bem como, à possibilidade de predação, podendo provocar a sua mortalidade. Na fase final da reprodução, há o risco de queda dos juvenis do ninho, caso estes se sintam assustados. As atividades que decorrem no território, designada-

mente, a caça, a pesca, a observação de aves e o turismo em geral, devem ser ordenadas por forma a evitar os locais e os períodos de maior suscetibilidade, sendo de realçar que as zonas escarpadas existentes ao longo dos vales deverão ser objeto de uma atenção especial pelo seu uso atual ou potencial como local de nidificação.

Alimentação de aves necrófagas

No PNTI ocorrem diversas espécies de aves dependentes da existência de animais mortos para a sua alimentação, salientando-se aquelas que são estritamente necrófagas: abutre-do-egipto e grifo. Com igual importância, distingue-se também o abutre-preto que é classificado como quase exclusivamente necrófago. Outras espécies de aves, designadamente corvídeos e diversas espécies de rapinas, tais como a águia-imperial-ibérica, a águia-real e os milhafres, podem ingerir animais mortos como modo complementar de alimentação, podendo desta forma suprir carências alimentares associadas à escassez de presas. Neste domínio têm sido implementadas ações, instalação de alimentadores, que visam, de alguma forma, equilibrar a disponibilidade de alimento (carcaças de animais mortos).

Gestão cinegética

O Tejo Internacional apresenta uma elevada riqueza do ponto de vista da caça, salientando-se a população de veado com uma das de maior densidade no nosso país. Além disso, ocorrem também populações de outras espécies cinegéticas de elevado valor venatório, tais como o javali, o gamo, a perdiz e o pombo-torcaz. A grande maioria do PNTI está inserido em regime cinegético ordenado (80% da área), tendo as zonas de caça turística uma ocupação de 50% da superfície do parque. O Tejo Internacional é conhecido como uma das áreas em Portugal de maior interesse para o exercício venatório, não só pela abundância das populações cinegéticas, mas também pelo território onde decorre a caça - selvagem, sossegado e de grandes horizontes. A caça é uma mais-valia fundamental para a valorização socioeconómica da região, sendo reconhecidamente um fator decisivo para a dinâmica associada à restauração, à hotelaria e ao comércio nas localidades da envolvente ao parque.

A caça deve ser exercida com escrupuloso respeito pelas espécies de elevado interesse conservacionista, sobretudo através da salvaguarda da tranquilidade na proximidade dos locais de reprodução e no período em que esta decorre, não se realizando atividades venatórias que possam perturbar e afastar as aves.



36 SAANTI - Sistema de Alimentação de Aves Necrófagas do Tejo Internacional



Veado *Cervus elaphus* 37

A Fauna



Cegonha-preta *ciconia nigra*

O Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI) é uma área muito importante para a conservação de diversas espécies de aves que nidificam nas margens escarpadas dos rios e áreas envolventes. Os vales encaixados dos Rios Tejo e Erges apresentam um carácter selvagem que lhes confere apreciável valor paisagístico. Em certas encostas erguem-se afloramentos em forma de falésias formando verdadeiras gargantas rochosas como as que se observam, por exemplo, da ponte romana de Segura.

Até ao momento foram inventariadas 179 espécies de aves no PNTI. Estão ainda identificadas 39 espécies de mamíferos, 17 espécies de répteis, 13 de anfíbios, 21 de peixes, mais de 300 espécies de insetos, das quais 189 são borboletas.

Destacam-se como espécies mais importantes a águia-imperial-ibérica, a águia-real, a águia-de-bonelli, o abutre-preto, o abutre-do-egipto, a cegonha-preta, o chasco-preto e o milhafre-real.

Espécies ameaçadas

O PNTI apresenta uma elevada diversidade faunística incluindo cerca de 250 espécies de vertebrados, muitas destas com um estatuto de conservação desfavorável em Portugal (24 Vulneráveis, 13 Em Perigo e 8 Criticamente em Perigo).



Abutre-preto *Aegypius monachus*



Aves

Nos vales dos Rios Tejo e Erges, nidificam e voam abutres, águias e cegonhas-pretas, misturando-se em voos a diferentes níveis de altitude e cruzando os céus nos *habitats* de características rupícolas (afloramentos rochosos mais ou menos escarpados).

A comunidade de aves é a que se encontra mais bem estudada e conhecida. Considera-se a área do PNTI de significativa importância do ponto de vista ornitológico, encontrando-se em parte, englobada na Zona de Protecção Especial do Tejo Internacional, Erges e Ponsul.

Existem, até ao momento, 50 espécies com estatuto de conservação desfavorável, incluindo-se 7 com estatuto de "Criticamente Ameaçado", 9 "Em Perigo", 16 "Vulnerável" e 18 de "Quase Ameaçado".

As espécies consideradas de conservação prioritária são a águia-imperial-ibérica *Aquila adalberti*, águia-de-Bonelli *Aquila fasciata*, abutre-preto *Aegypius monachus*, sisão *Tetrax tetrax*, embora esta última, atualmente, ocorra apenas no período de dispersão pós-nupcial.

A maior diversidade de aves é observada nos corredores ripícolas (junto às margens dos rios e linhas de água), também nos olivais de *Olea europaea* subsp. *europaea* var. *europaea* e nos matos e matagais (incluem-se nesta categoria os zambujais que são formações de oliveiras silvestres).

A presença de outros *habitats* que embora com diversidade de aves mais reduzida, são também estações importantes para espécies com elevado valor de conservação, suportam aves que nestes ocorrem quase exclusivamente.

De entre estes *habitats*, destaca-se o já referido, biótopo rupícola, o qual constitui o local de nidificação para espécies ameaçadas como a cegonha-preta *Ciconia nigra*, o abutre-do-Egipto *Neophron percnopterus*, a águia-real *Aquila chrysaetos*, a águia-de-Bonelli *Aquila fasciata* e o chasco-preto *Oenanthe leucura*. As populações de grifos *Gyps fulvus*, aumentaram nas últimas décadas e já não fazem parte deste grupo com populações mais reduzidas e que em tempos integraram.

Guarda-rios *Alcedo atthis*



Os seis magníficos voando pelos céus do PNTI

Águia-real

Aquila chrysaetos

Espécie “em perigo” que necessita de grandes territórios de caça, com escassa presença humana e locais escarpados para nidificar que, no caso desta Área Protegida, são as escarpas do Rio Tejo e seus afluentes.



Cegonha-preta

Ciconia nigra

É uma espécie ameaçada, de distribuição muito localizada em Portugal continental. Constrói os seus ninhos em escarpas e árvores de grande porte, normalmente em zonas inóspitas. Frequenta as zonas mais áridas e isoladas do interior, como é o caso do vale do Tejo e de alguns dos seus afluentes. Espécie nidificante, permanece em Portugal entre fevereiro e setembro.



Grifo

Gyps fulvus

Hoje em dia a maior parte da população de grifo existente no nosso país encontra-se limitada aos vales alcantilados do Douro e Tejo internacionais e seus afluentes. No Parque Natural do Tejo Internacional esta ave pode observar-se ao longo dos Rios Tejo e Erges, sobretudo em Segura e Salvaterra do Extremo.

Águia-imperial-ibérica

Aquila adalberti

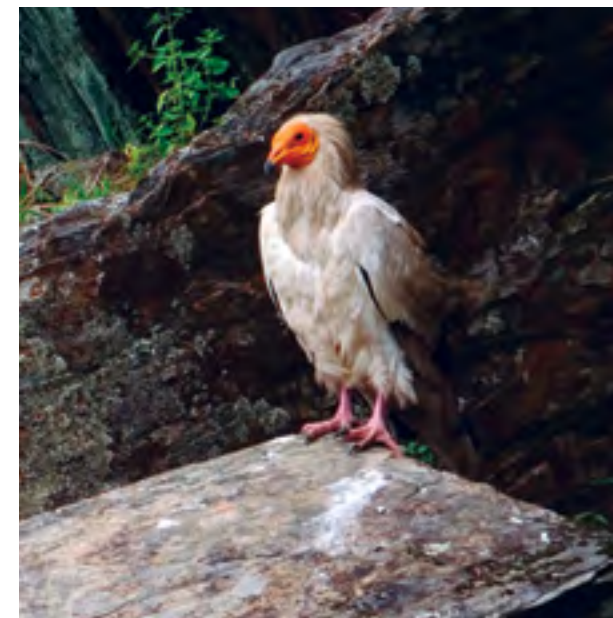
É uma das aves de rapina mais ameaçadas da Europa e entre as mais raras do mundo. As ações de proteção para a espécie visam reduzir o impacto das ameaças e melhorar condições de sustentabilidade dos territórios existentes contribuindo para a conservação da espécie a longo prazo. É importante o fomento da abundância de presas; reforço de ninhos e promoção de boas práticas cinegéticas, de turismo e lazer.



Abutre-do-egipto

Neophron percnopterus

Frequenta zonas pouco povoadas do interior e pouco arborizadas, nidificando nos vales alcantilados e quentes, preferindo fragas com fendas, onde constrói os ninhos. A sua população, a exemplo dos restantes países europeus onde nidifica, parece estar em declínio. A sua presença no Tejo Internacional verifica-se a partir de fevereiro até outubro.



Águia-de-bonelli

Aquila fasciata

À semelhança do que sucede noutros países, a população portuguesa desta espécie encontra-se em declínio. Esta ave prefere zonas escassamente habitadas, com alguns espaços abertos que utiliza como território de caça. Constrói ninhos em escarpas, quer nos vales encaixados dos rios, quer em grandes árvores em zonas inóspitas.



Outras aves...

Destaque ainda para as espécies estepárias como o alcaravão *Burhinus oediconemus* e o cortiçol-de-barriga-branca *Pterocles alchata*.

Também os prados e as pastagens, *habitats* onde ocorre a calhandra-real *Melanocorypha calandra*, e a calhandrinha-comum *Calandrella brachydactyla*, são estruturas de interesse para passeriformes, oferecendo *habitats* que pela sua estrutura e composição proporcionam, alimento e esconderijo.

Algumas espécies muito raras em Portugal como o cortiçol-de-barriga-branca *Pterocles alchata*, aparecem na área do PNTI exclusivamente, ocupando pastagens, pousios, culturas arvenses de sequeiro e áreas de montado aberto.



Calhandra-real *Melanocorypha calandra*

Mamíferos

Entre os mamíferos, destaca-se a presença da lontra *Lutra lutra*, espécie mais facilmente observável. O gato-bravo *Felis silvestris*, muito raramente avistado e o toirão *Mustela putorius*, são espécies nocturnas que vivem nos *habitats* de vegetação arbustiva e florestal densa. Juntam-se a estas espécies a gineta *Genetta genetta* e o veado *Cervus elaphus*, esta última considerada comum, mas apesar disso, sempre muito interessante de avistar pela impressividade das manadas ou isoladamente, na generalidade do PNTI.

Portugal foi um dos primeiros países europeus a ter um plano de conservação dos morcegos cavernícolas, espécies particularmente ameaçadas. No PNTI, existem registos de ocorrência de 13 espécies de morcegos, das quais cinco apresentam estatuto de conservação desfavorável. O morcego-de-ferradura-grande *Rhinolophus ferrumequinum*, o morcego-de-ferradura-pequeno *Rhinolophus hipposiderus*, o morcego-rato-grande *Myotis myotis* e o morcego-de-franja *Myotis nattereri*, apresentam, no novo Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, o estatuto de conservação de "Vulnerável", estando duas delas (*Rhinolophus hipposiderus* e *Myotis nattereri*) classificadas como espécies "Quase Ameaçadas".

No que diz respeito aos mamíferos insectívoros e roedores com estatuto de conservação desfavorável, destaca-se o rato de Cabrera, *Microtus cabrera*, que é uma espécie com o estatuto de "Vulnerável" em Portugal, outras espécies como o rato-dos-pomares *Eliomys quercinus*, o rato-de-água *Arvicola sapidus*, apesar de considerado comum é classificado como "Quase Ameaçado". O coelho-bravo *Oryctolagus cuniculus*, é igualmente uma espécie ameaçada em Portugal constituindo uma peça chave dos ecossistemas mediterrânicos, por ser uma presa preferencial de muitos carnívoros. Continua a registar-se mortalidade desta espécie causada pela mixomatose e outras doenças de que é vítima. Tratando-se também de uma espécie cinegética, está sujeita a uma significativa pressão quer através da predação, como da perda de *habitat* preferencial, parecendo, por isso, existir uma regressão das suas populações.

Toirão *Mustela putorius*

As áreas de maior riqueza específica de carnívoros, deverão corresponder a matagais mediterrânicos, áreas de coberto denso e zonas de vegetação ripícola (junto à água), que no PNTI se localizam maioritariamente em vales encaixados e escarpas.

Igualmente importantes são as zonas onde é praticada agricultura permanente ou temporária, e olivais que aparecem em geral associados a hortas. Estes *habitats* revelaram-se especialmente adequados para o caso específico da fuinha *Martes foina*.



A fauna dos rios

Barbo-comum *Luciobarbus bocagei*

Classificam-se 21 espécies de peixes dulciaquícolas distribuídos nos Rios Erges, Ponsul, Tejo e Ribeira do Aravil, das quais apenas dez são espécies autóctones.

Sendo algumas, considerados endemismos ibéricos como o barbo-comum *Luciobarbus bocagei*, cumba *Luciobarbus comizo*, barbo-de-Steindachner *Luciobarbus steindachneri*, boga-de-boca-arqueada *Iberochondrostoma lemmingii*, boga-comum *Pseudochondrostoma polylepis*, bordalo *Squalius alburnoides*, escalo-do-sul *Squalius pyrenaicus* e verdemã-comum *Cobitis paludica*, o estatuto de ameaça destas espécies, a nível nacional e internacional, deve-se à sua distribuição restrita na Península Ibérica.

São algumas delas consideradas raras e por essa razão, abrangidas por regimes de proteção, ao nível da Diretiva *Habitats*.

O cumba, a boga-de-boca-arqueada e o escalo-do-sul com a categoria de "Em Perigo"; o bordalo está classificado como "Vulnerável"; e o barbo-de-Steindachner considerado como "Quase Ameaçado".

Os anfíbios

As espécies de anfíbios do PNTI parecem ter uma ampla distribuição a nível nacional, não tendo assim estatuto de conservação desfavorável no país. A rã-de-focinho-pontiagudo *Discoglossus galganoi*, constitui a única exceção, sendo classificada com o estatuto de "Quase Ameaçado".

Já a nível global, o PNTI alberga três espécies classificadas com o estatuto de "Quase Ameaçado": o tritão-de-ventre-laranja *Lissotriton boscai*, o sapo-parteiro-ibérico *Alytes cisternasii*. A rela *Hyla molleri*, é uma rã arborícola, isto é, trepa pela vegetação ribeirinha adjacente às linhas de água.



Rela-comum *Hyla molleri*

Os répteis

Salientam-se dois endemismos ibéricos: a cobra-de-pernas-pentadáctila *Chalcides bedriagai* e cobra-cega *Blanus cinereus*. No PNTI ocorrem quatro espécies de répteis com estatuto de conservação desfavorável, aqui citadas por ordem decrescente desse estatuto: o cágado-de-carapaça-estriada *Emys orbicularis*, a cobra-de-capuz *Macropotodon brevis*, a lagartixa-do-mato-ibérica *Psammotromus occidentalis* e a lagartixa-de-dedos-denteados *Acanthodactylus erythrurus*. O cágado-de-carapaça-estriada é classificado como espécie “Em Perigo”.

A cobra-de-capuz, com estatuto “Vulnerável” em Portugal, apresenta uma distribuição relativamente marginal no PNTI, ocorrendo na zona entre Segura e Salvaterra do Extremo. No entanto, é uma espécie de difícil deteção e que ocorre normalmente em baixa densidade. Também “Vulnerável” é como é classificada a lagartixa-do-mato-ibérica *Psammotromus occidentalis*. No entanto, ao contrário da cobra-de-capuz, esta espécie parece apresentar uma distribuição significativa no PNTI.



Cágado-carapaça-estriada *Emys orbicularis*



Pavão-noturno *Saturnia pyri*

Os invertebrados

A fauna de invertebrados do PNTI é relativamente pouco conhecida. A informação disponível encontra-se restrita aos insectos.

O Parque Natural do Tejo internacional alberga, cerca de 332 espécies de insectos, distribuídas por 8 Ordens, das quais 189 são borboletas, pertencentes a 24 famílias.

Do grande universo de insectos que se podem observar no PNTI salienta-se o maior escaravelho da Europa, o capricórnio *Cerambyx cerdo*, coleóptero incluído na Diretiva *Habitats*.

Relativamente aos Lepidópteros (borboletas), Maravalhas (2003), destaca duas espécies consideradas em perigo de extinção: *Tomares ballus* e *Carcharodus baeticus*, cuja presença foi confirmada por Marabuto et al. (2013) na fronteira de Segura e na zona de Monte Barata, respetivamente.

Registam-se ainda cinco espécies de borboletas consideradas moderadamente ameaçadas por Maravalhas (2003): *Thymelicus acteon*, *Polygonia c-album*, *Zerynthia rumina*, *Gonepteryx cleopatra*, *Nymphalis polychloros*.

Outro grupo de invertebrados muito distintos são os bivalves que ocorrem nos rios e ribeiras. Entre estes observa-se a presença do mexilhão-de-rio-comum *Unio delphinus*, no Rio Ponsul. Esta é uma espécie de bivalve dulciaquícola, relativamente comum, mas cujas populações são muito sensíveis a alterações súbitas e bruscas no *habitat*, como secas, construção de barragens e descargas tóxicas, sendo incapazes de recuperar por si só. Outro bivalve endémico é a *Anodonta anatina*, na Ribeira do Aravil, a sua conservação exige a manutenção das condições ambientais e da integridade ecológica dos rios onde ocorre.

A flora e vegetação

Enquadramento Biogeográfico

Em termos biogeográficos, o Parque Natural do Tejo Internacional localiza-se na subprovincia Luso-Extremadurensis, inserindo-se, de acordo com Costa *et al* (1998), nos domínios climáticos de duas séries luso-extremadurenses, de acordo com a caracterização bioclimática: Série da azinheira *Pyro bourgaeanae-Querceto rotundifoliae sigmetum* e Série do sobreiro *Sanguisorbo agrimonioidis-Querceto suberis sigmetum*.

Desta subprovincia, segundo Carvalhinho (2004), são característicos ainda os medronhais, que correspondem a associações pré-climáticas *Phillyreo angustifoliae-Arbutetum unedonis*, os zambujais da *Asparago albi-Rhamnetum spiculosae* e os estevais da série da azinheira *Genisto hirsutae-Cistetum ladaniferi*.

O PNTI insere-se ainda no superdistrito Cacerense, onde, segundo Costa *et al.* (1998, *in* Carvalhinho, 2004), são diferenciais desta unidade em relação ao superdistrito Zezerense os retamais de *Cytiso multiflori-Retametum sphaerocarpace*, os carrascais *Rhamno fontqueri-Quercetum cocciferae* e os estevais.

Campanula transtagana

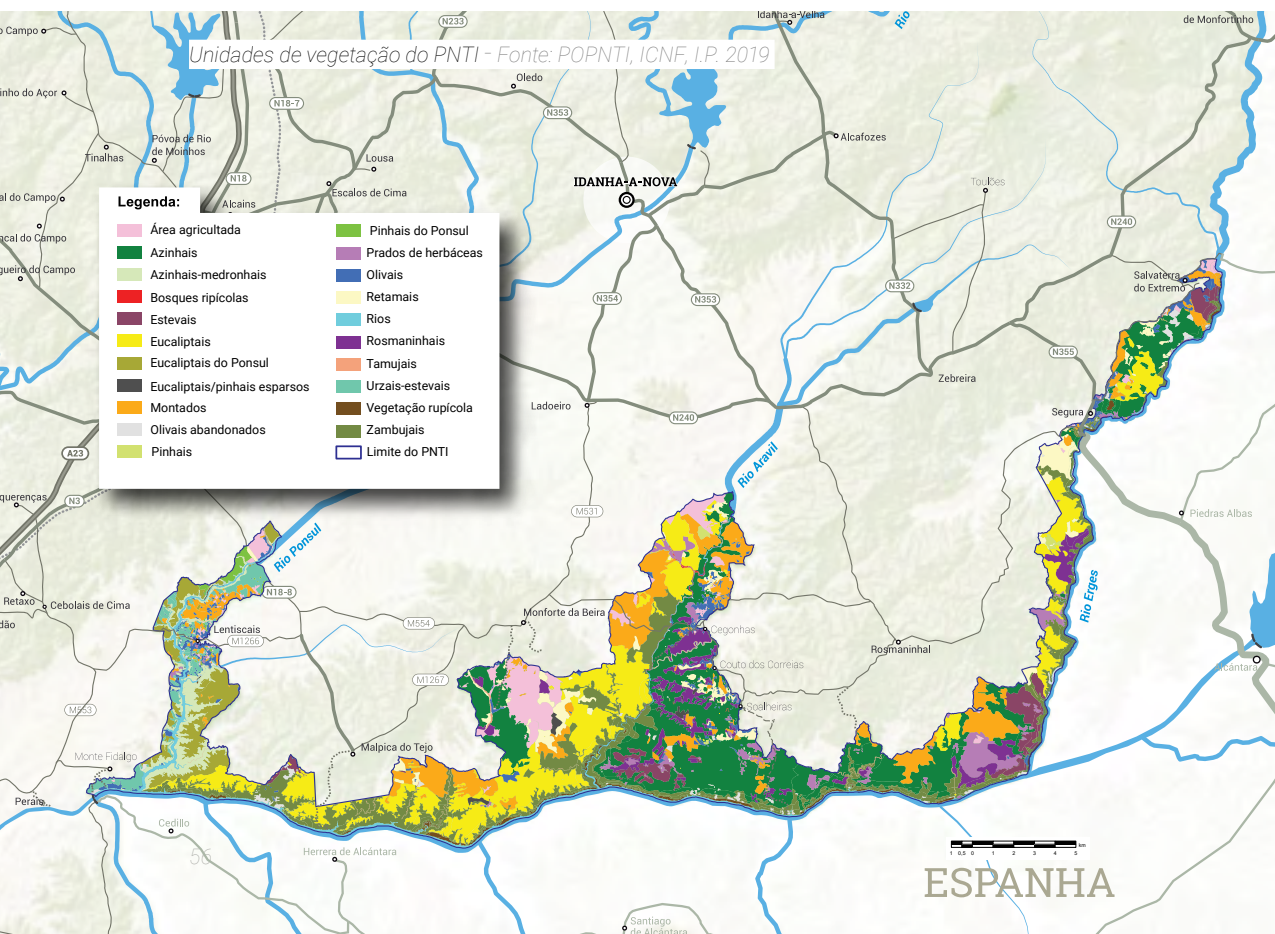
Formações vegetais dominantes

A série da azinheira ocupa uma área significativa do Parque Natural do Tejo Internacional, sendo, na área mais ocidental, imbricada com elementos da série do sobreiro. São frequentes os montados, geralmente de azinho, e olivais, sendo em termos de floresta de produção, mais abundantes os eucaliptais que ocupam uma área bastante significativa, essencialmente na metade ocidental do Parque e os pinhais com muito menor área de cobertura.

São também encontrados fragmentos de vegetação ripícola de diferentes tipos, com destaque para os frequentes tamujais. Carvalhinho (2004) refere ainda a presença de fragmentos de amial no Rio Ponsul, ao nível de

pleno armazenamento da Albufeira de Cedilho, e de galerias de amieiro próximo da foz, no regolho da mesma albufeira (neste último caso citando Pinto Gomes, 1997).

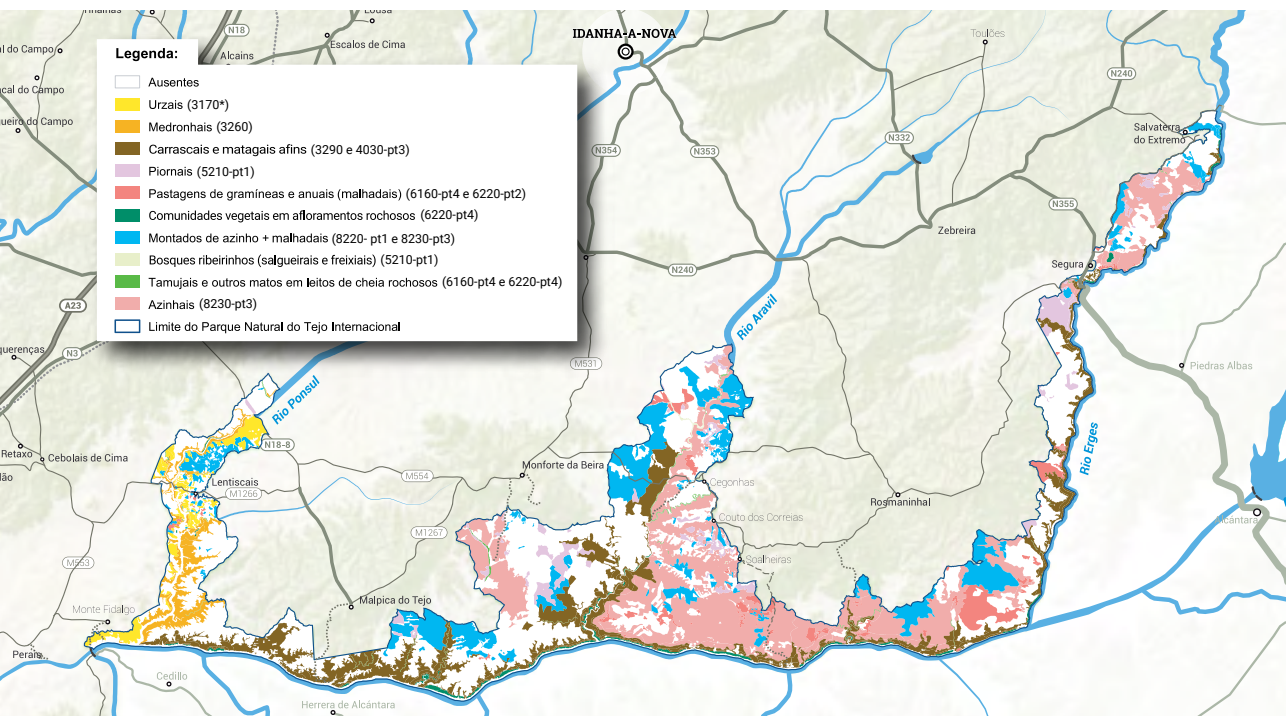
A vegetação rupícola está bem representada devido à abundância de afloramentos rochosos e escarpas na área do Parque, especialmente nas encostas do vale do Tejo e do Erges.



Habitats Protegidos

Na área do PNTI foram identificados 19 *habitats* naturais de interesse comunitário constantes do Anexo B-I da Diretiva *Habitats*, cuja distribuição se apresenta na imagem abaixo, se encontrando contudo cartografados os *habitats* Urzais, Medronhais, Carrascais, e Matagais afins, Piornais, Pastagens de gramíneas e anuais (malhadais), Comunidades vegetais em afloramentos rochosos, Montados de azinho + malhadais, Bosques ribeirinhos (salgueirais e freixiais), Tamujais e outros matos em leitos de cheia rochosos e Azinhais. Esta cartografia foi elaborada em 2013-2014 no âmbito do projeto «Estabelecimento de Indicadores para a Avaliação e Acompanhamento das ITI Serra da Estrela e ITI Tejo Internacional» (Mãe d'Água, 2014).

Os *habitats* identificados no PNTI foram inicialmente inventariados por Pinto Gomes (1997), tendo posteriormente sido registados os *habitats* 5210-pt1 (Mãe d'Água, 2014), 6160-pt4 (ICN, 2007), 6220-pt4 e 8230-pt3 (Gonçalves, 2013).



Habitats naturais de interesse comunitário com ocorrência no PNTI - Fonte: POPTI, ICNF, I.P. 2019

Apresenta-se em seguida uma descrição sucinta dos tipos de *habitats* no contexto do PNTI.

Charcos temporários mediterrânicos

Áreas inundadas de Inverno e secas no Verão que surgem em locais planos e que suportam comunidades herbáceas efémeras muito típicas. *Habitat* de ocorrência muito pontual no PNTI caracterizado pela presença de taxa como *Isoetes velatum* subsp. *velatum*, *Juncus articulatus* subsp. *articulatus*, *Juncus acutiflorus*, *Eleocharis palustris* subsp. *vulgaris* e *Lythrum borysthenicum*.

Cursos de água com vegetação herbácea imersa

Habitat aquático dominado por herbáceas imersas que se forma ao longo dos rios e ribeiras em locais pouco profundos, normalmente nas margens em mosaico com tamujais, sendo facilmente identificado pela presença de espécies do género *Ranunculus*.

Cursos de água mediterrânicos intermitentes da *Paspalo-Agrostidion*

Habitat que surge nas margens de rios onde se depositam sedimentos finos e ricos em nutrientes, dominado por herbáceas perenes, principalmente graminóides. Devido ao carácter rochoso das margens dos rios no PNTI, este *habitat* é muito pontual e ocupa uma pequena área no total.

Matagais arborescentes de *Juniperus oxycedrus*

Habitat, de ocorrência pontual, que se restringe às vertentes muito escarpadas, quase inacessíveis, e de difícil aproveitamento agrícola, do vale do Rio Tejo. Estes matagais edafoixerófilos com *Juniperus oxycedrus* subsp. *oxycedrus*, que crescem sobre substrato xistoso, são formações bastante raras e de elevado valor.



Urzais

Matos baixos dominados por ericáceas e outra vegetação acidófila, onde a esteva não domina, e que surgem em locais mais húmidos, ou seja, no contexto do PNTI, apenas na bacia do Ponsul. São bastante tolerantes à perturbação, podendo formar o sobcoberto dos eucaliptais aí existentes e não são no geral muito típicos pois possuem um elenco de espécies que se desvia no sentido dos estevais.



Medronhais

Matagais e pré-bosques dominados por medronheiro e urze-branca. São geralmente uma etapa intermédia da sucessão do bosque de sobreiro. No PNTI estão restritos à bacia do Ponsul, mais húmida, e, devido à sua composição específica, que integra vários elementos dos zambujais e azinhais a co-dominar, não sendo muito típicos.



Piornais de *Retama sphaerocarpa*

Matos altos quase monoespecíficos que denunciam alguma perturbação, sendo uma etapa intermédia da sucessão para o azinhal. Surgem essencialmente na parte mais seca do PNTI e estão bem representados.



Carrascais e matagais afins

Matagais dominados por zambujeiro, azinheira, carrasco e murta, podendo ser um clímax ou uma etapa intermédia da sucessão para o azinhal. Ocupam as vertentes mais abruptas dos vales do PNTI, estando bem conservados, no entanto a sua tipicidade não é máxima por apresentarem alguma mistura de espécies características de diferentes formações.

Matos rasteiros de leitos de cheias rochosos

Habitat que se desenvolve nas margens rochosas das linhas de água, contactando geralmente com os tamujais. A sua presença é muito pontual na Ribeira do Aravil onde é identificado pela ocorrência das espécies *Festuca duriotagana* var. *duriotagana* e *Bufonia macropetala*. Ocorrem também fragmentos desta comunidade no Rio Erges que podem ser reconhecidos pela presença dos bioindicadores *Festuca duriotagana* var. *duriotagana* e *Centaurea ornata*.

Malhadais

Prados, de composição florística variável, dominados por uma diversidade de plantas herbáceas, perenes ou anuais, que formam geralmente o sobcoberto dos montados e que dependem do pastoreio extensivo, sobretudo de ovinos. No âmbito dos Estudos de Caracterização do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional (ICN, 2007) os malhadais consideravam-se bem representados no PNTI. Contudo, o trabalho desenvolvido por Ribeiro *et al.*, 2012, veio a revelar que a área de distribuição deste *habitat* nesta Área Protegida é muito restrita e fragmentada.



Arrelvados vivazes de gramíneas altas

Habitat dominado por *Agrostis castellana*, restringido a lugares onde seja possível a acumulação de alguma humidade a nível do solo. A espécie dominante surge, por vezes, acompanhada de espécies como *Sanguisorba verrucosa*, *Lotus castellanus*, *Gaudinia fragilis* e *Allium paniculatum*.



Montados de azinho

Habitat formado por um estrato arbóreo esparso a denso de azinheira ou sobreiro, com um sobcoberto de herbáceas, dependente do pastoreio, que pode evoluir para azinhal no caso de abandono. Encontra-se bem representado no PNTI sobretudo o montado de azinho, nas zonas mais planas.

Comunidades vegetais em afloramentos rochosos

Habitat constituído por um pequeno grupo de espécies, com dominância de pequenos fetos rupícolas de cobertura muito baixa, que habitam fendas de rochas graníticas e xistosas em afloramentos e escarpas. No PNTI este *habitat*, frequentemente, é caracterizado pela presença de espécies como *Asplenium billoti*, *Asplenium trichomanes* subsp. *quadri-valens*, *Ceterach officinarum* subsp. *officinarum*, *Cheilanthes hispanica*, *Sedum arenarium* e *Umbilicus rupestres*.

Comunidades derivadas de *Sedum sediforme* ou *Sedum album*

Habitat cuja área de distribuição no PNTI se restringe a uma superfície de menos de 2,00 m² no talude terroso, de substrato xistoso, do caminho de terra batida que dá acesso à barragem de Cedilho. Uma das manchas corresponde a uma comunidade monoespecífica de *Sedum album*, enquanto a outra mancha é dominada por *Sedum sediforme* e enriquecida por *Avena barbata* subsp. *barbata*, *Brachypodium distachyon* e *Stipa capensis*.



Freixiais

Habitat florestal formado por um estrato arbóreo de freixo e borrazeira-negra *Salix atrocinerea* e um estrato arbustivo espinhoso, que se forma na margem alta dos rios em solos hidricamente compensados. No PNTI está bastante deteriorado, havendo algumas pequenas bolsas já estruturalmente muito alteradas nalgumas margens altas.



Salgueirais

Habitat arbustivo dominado pelo salgueiro que lhe dá o nome. Ocupa margens de rios, geralmente na zona contígua à água corrente. No PNTI não abunda mas está bem caracterizado, existindo nos afluentes do Tejo.



Tamujais associados a leitos de estiagem inundados no Inverno

Matos esparsos essencialmente de tamujo *Flueggea tinctoria* que ocupam o leito rochoso mais elevado (menos húmido) dos rios com caudal irregular. Está bem representado no PNTI em todos os rios e ribeiras de maior caudal.



Azinhais

Habitats florestais com dominância de azinheira, podendo aparecer uma diversidade de outras espécies arbóreas e arbustivas. No PNTI uma boa parte da área que inclui este *habitat* está algo degradada, assemelhando-se a um montado com mato. A parte restante, localizada nas encostas mais declivosas, apresenta uma tipicidade mais elevada.



Aroeira *Pistacia lentiscus*

Flora

Estão referenciadas para a região do PNTI 726 espécies de plantas vasculares (Carvalhinho, 2004; Gonçalves, 2013; Mãe d'Água, 2014), pertencentes a 98 famílias botânicas, sendo as *Poaceae*, *Fabaceae*, e *Asteraceae* as famílias melhor representadas com 84, 82 e 75 taxa respetivamente.

A cobertura arbórea natural desta região é predominantemente constituída por azinheira *Quercus rotundifolia* nas zonas médias e altas, bem como por freixo *Fraxinus angustifolia* subsp. *angustifolia*, salgueiros *Salix* spp., tamujo *Flueggea tinctoria* e pelo mais raro amieiro *Alnus glutinosa* nas zonas ripícolas. Dada a intervenção antrópica, estão também presentes manchas arbóreas geridas, como os olivais, os eucaliptais e pinhais, assim como montados de azinho (predominantemente) e de sobreiro.

O coberto arbustivo apresenta alguma diversidade, sendo bastante frequentes espécies como esteva *Cistus ladaniifer* subsp. *ladaniifer*, zambujeiro *Olea europaea* subsp. *europaea* var. *sylvestris*, giesta-branca *Cytisus multiflorus*, giesta-amarela *Cytisus striatus*, piorno *Retama sphaerocarpa*, aderno *Rhamnus alaternos* subsp. *alaternos*, espinheiro-preto *Rhamnus oleoides* ssp. *oleoides*, aroeira *Pistacia lentiscus*, cornalheira *Pistacia terebinthus*, lentisco *Phillyrea angustifolia*, aderno-de-folhas-largas *Phillyrea latifolia*, carrasco *Quercus coccifera*, rosmaninho-maior *Lavandula pedunculata*, rosmaninho-menor *Lavandula stoechas* subsp. *luisieri*, trovisco

Daphne gnidium, tojo-do-sul *Genista hirsuta*, urzes *Erica* spp., perpétuas *Helichrysum stoechas* subsp. *stoechas*, *Cistus* spp., alecrim *Rosmarinus officinalis*. Embora menos frequente, pois restrita a condições mais particulares, é de salientar também a presença de espécies como folhado *Viburnum tinus*, medronheiro *Arbutus unedo*, pereira-brava *Pyrus bourgaeana*, pilriteiro *Crataegus monogyna*, zimbro *Juniperus oxycedrus* subsp. *oxycedrus* e tamujo *Flueggea tinctoria*, esta última somente junto às zonas ribeirinhas.

O carácter mediterrânico é bastante evidente dado mais de 30% das espécies presentes na região do PNTI terem uma distribuição exclusivamente mediterrânica, mediterrano-macaronésica, ibérica, ibero-norte-africana e franco-ibérica (Carvalhinho, 2003), muito embora surjam também espécies de climas frios.



Pyrus bourgaeana

Espécies ameaçadas

No território do PNTI é conhecida a presença de espécies de flora vascular com interesse conservacionista, quer por serem consideradas espécies RELAPE (Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção) em território nacional, quer por se tratarem de espécies com estatuto de proteção ao abrigo da legislação em vigor. A flora da região do PNTI apresenta 3 endemismos lusitânicos: *Dittrichia viscosa* subsp. *revoluta*, *Festuca duriotagana* var. *duriotagana*, *Linaria amethystea* subsp. *multipunctata*.



Linaria amethystea subsp. *multipunctata*



Quercus faginea faginea

É possível detectar a presença de diversos endemismo ibéricos no PNTI, embora com uma distribuição restrita (Franco, 1971, 1984; Franco & Rocha Afonso, 1994, 1998, 2003), tais como:

- *Allium pruinaum* Link ex Spreng.
- *Antirrhinum graniticum* Rothm.
- Abrótea-de-verão; abrótea-menor *Asphodelus aestivus* Brot.
- *Centaurea langei* Nyman subsp. *couthoi* (Franco) E. López, Devesa & Arnelas
- *Centaurea nigra* L. subsp. *rivularis* (Brot.) Cout.
- Tringulho *Conopodium subcarneum* (Boiss. & Reut.) Boiss. & Reut.
- Cardo-penteador-de-folhas-recortadas *Dipsacus comosus* Hoffmanns. & Link
- Táveda-de-folhas-estreitas, tágueda; tádega *Dittrichia viscosa* (L.) Greuter subsp. *revoluta* (Hoffmanns. & Link) P.Silva & Tutin
- Soajos *Echium lusitanicum* L.
- *Festuca duriotagana* Franco & Rocha Afonso var. *duriotagana* (*Festuca duriotagana* Franco & Rocha Afonso)
- Campanários *Narcissus triandrus* L. subsp. *pallidulus* (Graells) Rivas Goday (*Narcissus triandrus* L.)
- *Ortegia hispanica* Loeffl. ex L.
- Conchelos-de-água *Pistorinia hispanica* (L.) DC.
- *Pteroccephalidium diandrum* (Lag.) G. López
- Carvalho-cerquinho; carvalho-português; pedamarro *Quercus faginea* Lam. subsp. *faginea*

An aerial photograph of a rural landscape. In the foreground, there is a stone wall with four circular towers. Behind it, several stone buildings with red-tiled roofs are scattered across a grassy field. The background shows rolling hills covered in dense green vegetation under a blue sky with light clouds.

Cultura e Património

O ambiente social

O PNTI está inserido num vasto território de baixa densidade demográfica, como é a Unidade Territorial Estatística de nível III (NUT III) Beira Baixa, que compreende aos municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão, e abrange uma população cerca de 89 mil habitantes.

Se nos cingirmos apenas à envolvente territorial dos municípios que integram o PNTI, regista-se uma dinâmica demográfica globalmente recessiva – em duas décadas, de 1991 a 2011 estes três concelhos perderam, em conjunto, 5.2% da sua população residente. De sublinhar, contudo, o padrão díspar verificado entre o município de Castelo Branco que, nesse período, viu o seu contingente demográfico aumentar 2.9%, enquanto os concelhos de Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão perdiam quase um terço do seu efetivo populacional.

Trajectoria demográfica nos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão.

	1991	2001	2011	Varição 1991-2011(%)
Castelo Branco	54.310	55.793	55.909	+2.9
Idanha-a-Nova	13.630	11.610	9.665	-29.0
Vila Velha de Ródão	4.960	4.085	3.517	-29.1
Sub-região	72.900	71.488	69.091	-5.2

Fonte: INE, 2019

Trata-se, portanto, globalmente de um quadro demográfico, marcado por um elevado envelhecimento da sua população, plasmado, igualmente, em baixas densidades populacionais - de acordo com os últimos Censos de 2011, a densidade populacional nestes concelhos é de 39.0 habitantes/km² em Castelo Branco, 6.9 habitantes/km² em Idanha-a-Nova e 10,7 habitantes/km² em Vila Velha de Ródão.

A diminuição da população jovem, consequência da diminuição das taxas de fecundidade e da saída de população ativa, aliada ao aumento da esperança de vida determina uma estrutura etária com grande percentagem de população com mais de 65 anos de idade - pirâmides etárias invertidas.

De referir que as freguesias da envolvente territorial do PNTI, de pendor mais rural, constituem, sem exceção, aglomerados de muita reduzida dimensão, evidenciando fenómenos intensos de emigração que têm vindo a afetar estes espaços territoriais desde, no essencial, a década de 50, no século passado.



População nas freguesias rurais associadas ao PNTI

Concelho	Freguesias	População (2011)
Castelo Branco	Cebolais de Cima	1.026
	Malpica do Tejo	517
	Monforte da Beira	378
Idanha-a-Nova	Rosmaninhal	537
	Monfortinho e Salvaterra do Extremo	170
	Zebreira e Segura	176
Vila Velha de Ródão	Perais	510

Fonte: INE, 2019

O PNTI, bem como a sua envolvente territorial de proximidade evidenciam um quadro demográfico preocupante do ponto de vista do desenvolvimento sustentável. Trata-se de um fenómeno de natureza estrutural, que tem vindo a acentuar a anemia demográfica, o envelhecimento e o despovoamento deste espaço natural protegido.



Alares

Uma aldeia fantasma,
uma história singular

O fenómeno do despovoamento é conhecido. Desde há cerca de um século que uma larga franja do interior do país vê partir as suas gentes. Primeiro para o Brasil, e os Estados Unidos, depois para as ex-colónias e, finalmente, na direção de uma Europa mais rica. Gradual, mas inexoravelmente, muitas aldeias vão minguando, envelhecendo, finando-se.

A história da aldeia dos Alares é, contudo, bem diferente. Situada já perto do Rio Tejo, bem junto à raia, na freguesia do Rosmaninhal, concelho de Idanha-Nova, é um lugar deserto, ermo, reduzido às ruínas das pequenas e humildes casas, com as suas memórias tornadas pedras, lajes e prateleiras de xisto do que outrora foi o local de vida de cerca de cem famílias. A estrutura do povoado permanece visível, sendo ainda possível deparar com alguns artefactos da vida doméstica e do labor da agricultura e do pastoreio.

A sua origem remonta ao início do séc. XIX, quando as populações das aldeias próximas de Monforte da Beira e de Malpica do Tejo procuraram locais mais escondidos, incultos, para se protegerem do Exército Francês que tinha soldados em permanência em Castelo Branco. Se a trama da guerra militar, as Invasões Francesas, esteve na génese desta aldeia (bem como das Cegonhas – Velhas – e da Cobeira), o seu desaparecimento está também, ironicamente, associado a uma guerra, mas desta vez civil, entre populações vizinhas, em resultado de disputas fratricidas de terras.

Em 1923, a 7 de outubro, estas três aldeias, que, entretanto tinham adquirido 1/4 dos terrenos a um dos herdeiros do anterior proprietário, o Visconde Morão, foram atacadas pelos habitantes do Rosmaninhal que tinham, precisamente, realizado a escritura de compra dos remanescentes 3/4 daqueles espaços, por via legal, aos restantes herdeiros.

Foi o começo de um terrível período de vandalismo, destruições e pilhagens que impossibilitaram a continuidade da vida e da labuta quotidiana. Somente uma intervenção do Governo Civil de Castelo Branco, já em setembro 1924, impediu que a contenda assumisse contornos mais gravosos, evitando-se, assim, a provável perda de vidas humanas.

As dissensões, porém, continuaram e este litígio só terminou efetivamente em 1930 com a expropriação das terras por parte do Estado e a sua repartição, por sorteio, em frações equitativas aos naturais das diferentes aldeias. Os habitantes dos Alares acabaram por fixar-se nas terras da Raiz – atual aldeia da Soalheira, encostada ao Parque Natural do Tejo Internacional. Cegonhas (Velha) evoluiu para um aglomerado na proximidade que manteve o mesmo topónimo. Os residentes em Coibeiras repartiram-se por estas aldeias e por freguesias vizinhas, quer de Idanha-a-Nova, como o Ladoeiro, quer de Castelo Branco, como Monforte da Beira e Malpica do Tejo.

Uma história singular, uma aldeia que teve vida durante pouco mais de um século e que preserva a memória destes episódios históricos que culminaram com o seu abandono. Há aldeias que afundaram em projetos hidroelétricos, outras, muitas, vão-se esvaindo, até ao abandono e ao despovoamento total, em razão das muitas forças que jogam a desfavor dos territórios rurais. A história conferiu aos Alares um percurso diferente e raro que vale a pena conhecer aquando da sua visita ao Parque Natural do Tejo Internacional.





Património construído

Nos aglomerados urbanos existem vários imóveis de interesse público e conjuntos edificados correspondendo à tipologia característica da zona. A listagem que se apresenta corresponde aos Imóveis Classificados de Interesse Público no território do PNTI, ou na sua envolvente próxima e numa lógica de visitação que valorize a rela o com o Rio Tejo.

No concelho de Idanha-a-Nova:

- Fortaleza de Segura;
- Ponte Romana de Segura;
- Igreja Matriz de Salvaterra do Extremo;
- Igreja da Misericórdia de Salvaterra do Extremo;
- Pelourinho de Rosmaninhal;
- Pelourinho de Salvaterra do Extremo;
- Pelourinho de Segura.

No concelho de Vila Velha de R d o:

- Esta o Arqueol gica da Foz de Enxarrique, estaño de ar livre do Paleolítico M dio, freguesia de Vila Velha de R d o;
- Castelo de R d o e Capela de Nossa Sra. do Castelo, também denominado Castelo do Rei Vamba.

Os montes e arraiais, as furdas ou malhadas e outras constru es tradicionais, dispersas na proximidade dos povoados, correspondem ao legado dos sistemas agropecuários tradicionais.

As azenhas e os moinhos de água, construídos no leito dos cursos de água, são, também, elementos frequentes, principalmente ao longo do curso do Rio Erges.

Uma das atividades tradicionais é a produção e extração de mel que, atualmente, se foi especializando e modernizando, sendo, sobretudo, uma forma de complementar rendimentos. A riqueza vegetal das espécies florais, como o rosmaninho e a urze, permitiu, desde há séculos, o desenvolvimento da apicultura, utilizando, normalmente, colmeias fabricadas em cortiça (cortiços), que, entretanto, caíram em desuso.

Existem, no PNTI, muros apiários, também conhecidos por muros de abelhas. São estruturas produzidas pelas populações para defender as colmeias da ação de predadores, como o urso-pardo, hoje extinto em Portugal. Na Península Ibérica estas construções eram, tradicionalmente, de pedra, circunscrevendo recintos fechados que podiam atingir alguns metros de altura. Na área do Parque podemos apreciar três muros apiários, designadamente, os muros Marmeleiro, Silha e Ribeira do Vale de Lobo, todos no concelho de Idanha-a-Nova.





A patrimonialização de uma memória coletiva: o contrabando

O contrabando desta área raiana, como aliás de todo o país, foi um expediente de gentes simples que procuravam acrescentar aos míseros rendimentos da atividade agrícola, realizada de sol a sol, mais recursos para acudir às muitas necessidades de proles familiares numerosas e humildes. A prática do contrabando foi uma componente da cultura de fronteira que ilustra as oportunidades que dela se podem extrair, assumindo-se num passado recente como um dos recursos basilares da economia de muitos habitantes de ambos os lados da raia.

O estigma social que essa atividade carregava é hoje coisa do passado. Em boa verdade, o contrabando constituiu uma resposta às limitações e crueldade que os espartilhos legais e político-administrativos impuseram a uma forma de vida ancestral de trocas comerciais, entre as gentes que viviam nas margens tão próximas do Erges e do Tejo.

Importa, atualmente, por um lado, preservar a memória coletiva dessas épocas e, por outro, valorizar esse património imaterial pela promoção de turismo de experiências que se apoie nos relatos, vivências e recuperação de práticas e saberes relativos ao contrabando. A revivificação de rotas, acompanhada de narrativas alusivas a essas épocas, constitui um produto turístico com crescente procura neste espaço raiano do Parque Natural do Tejo Internacional e na sua envolvente próxima.

O Tejo-fronteira sempre foi, também, um espaço de partilha e convivência entre as comunidades ribeirinhas de ambos os lados da fronteira. É importante, igualmente, a este propósito celebrar e lembrar a memória do Rio Tejo quando era um espaço a ferver de atividade e constituía uma verdadeira autoestrada para o transporte de mercadorias e de pessoas. Merece, neste âmbito, um sublinhado especial a iniciativa que a Confraria Ibérica do Tejo tem levado a efeito, o *Cruzeiro Religioso e Cultural do Tejo*, envolvendo embarcações típicas do Tejo que transportam a imagem de Nossa Senhora dos Avieiros e do Tejo, tendo como obje-

tivos específicos reforçar a identidade das comunidades, aproximando-as através da partilha cultural e religiosa.

Na área do Parque Natural do Tejo Internacional, na freguesia de Perais, Vila Velha de Ródão, existe um Núcleo Museológico dedicado ao tema do contrabando. Esta unidade museológica fica localizada na sede da Junta de Freguesia de Perais, aborda a história desta freguesia raiana e a importância que o contrabando teve no relacionamento entre as comunidades portuguesa e espanhola, em termos económicos, sociais e culturais.





Olival e azeite

País sob forte influência de clima mediterrânico, em Portugal a oliveira marca a paisagem desde tempos imemoriais. O olival tem também uma presença significativa na área do Parque Natural do Tejo Internacional e na sua envolvente próxima – é um símbolo maior da ruralidade ancestral que se vai ajustando aos novos desafios, não raramente associada ao montado, uma marca indelével das paisagens deste território e um símbolo maior de resiliência. Como refere o ditado, importado de outras geografias, “vives da tua amoreira, do castanheiro do teu pai, da oliveira do teu avô.”

A sua importância na alimentação e na economia local é inquestionável. Ano após ano, o ciclo da colheita da azeitona e produção do azeite repete-se pelo Outono: todo o processo de transformação do azeite, que vai desde a apanha, à escolha e moagem da azeitona num lagar tradicional e termina na produção do azeite. Ainda hoje tem forte expressão no território, enquanto atividade de geração complementar de rendimentos, numa ótica familiar, mas, cada vez mais, no quadro de uma olivicultura mais modernizada e tecnologicamente mais intensiva. A esta evolução não é alheia a intenção de responder à crescente adesão dos consumidores à dieta mediterrânica.

Existem, nesta zona, vários lagares que se mantêm em atividade, com produções de elevado nível de qualidade e que devem constituir também, locais a visitar pelo interesse patrimonial e museológico.



Lagar de Varas

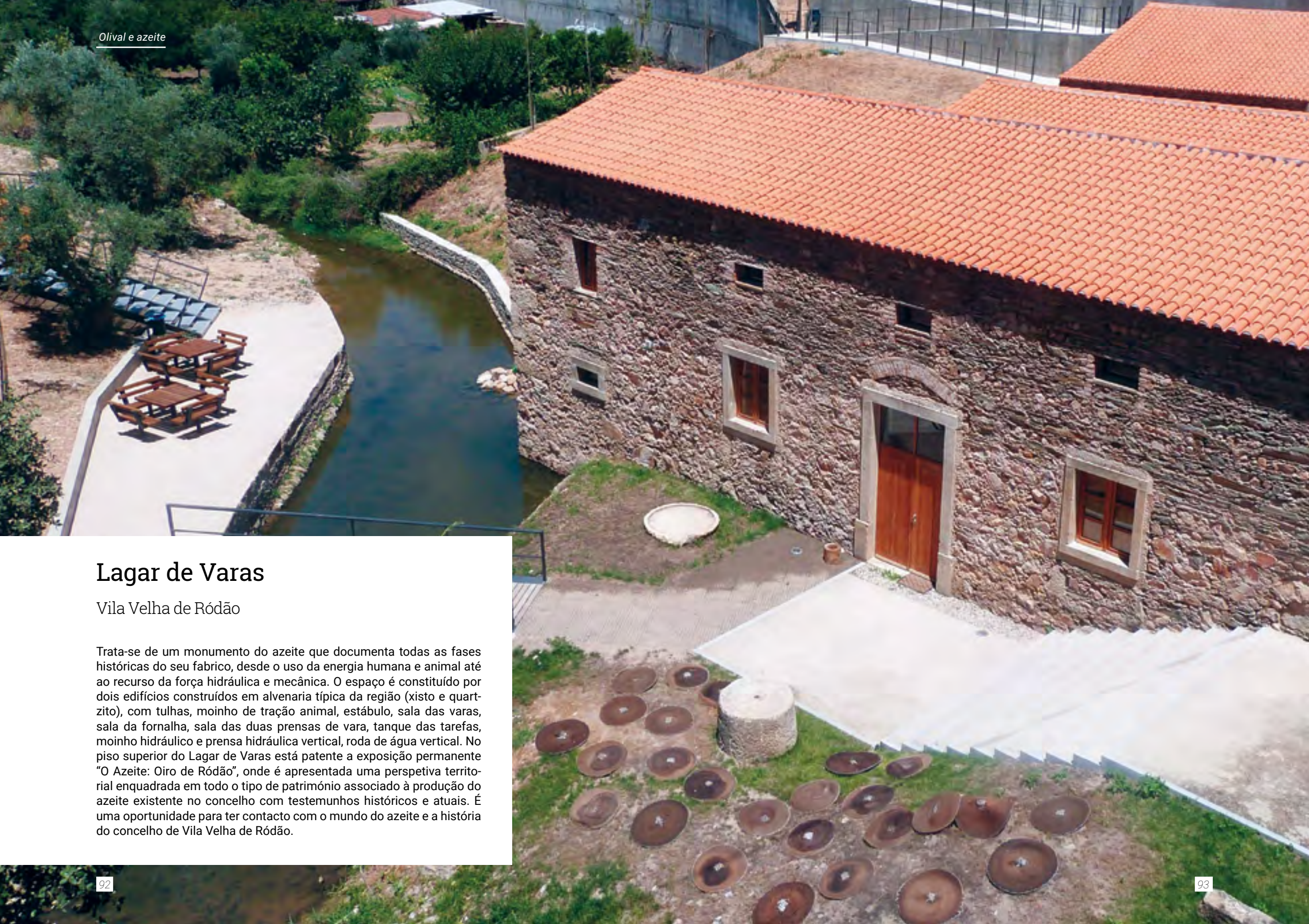
de Idanha-a-Velha,
concelho de Idanha-a-Nova

Edifício térreo, restaurado e musealizado. Desconhece-se a data da sua construção. Será dos finais do século XIX, como parece demonstrar a data de 1895 gravada numa candeia aí utilizada. No entanto, a data de 1755 gravada num bloco das paredes das tulhas parece indicar que já existia um lagar anterior. O lagar é um espaço retangular dividido em três salas distintas: sala das tulhas e pio, sala das prensas de varas e sala da bagaceira.

Complexo de Lagares

de Proença-a-Velha,
concelho de Idanha-a-Nova

Instalado na periferia da aldeia, a sua estrutura é complexa devido à integração de diversas funções e equipamentos. Neste caso, para além do cabanal e das palheiras, incorpora dois lagares de azeite, um com duas prensas de vara e pio de três galgas de tração animal, e outro mecânico, com duas prensas hidráulicas. Tem ainda outros elementos mecânicos como uma prensa de parafuso central com dois enormes blocos de pedra como pesos suplementares e pio de fabrico industrial, mas de tração hidráulica. Constitui um notável exemplo da síntese arquitetónica e funcional, onde se concentravam diversos aspetos relacionados com o trabalho das grandes unidades latifundiárias. Possui lagares de diferentes épocas e tecnologias e uma galeria de exposições dedicada à história da introdução da oliveira e do azeite em Portugal e nesta região.



Lagar de Varas

Vila Velha de Ródão

Trata-se de um monumento do azeite que documenta todas as fases históricas do seu fabrico, desde o uso da energia humana e animal até ao recurso da força hidráulica e mecânica. O espaço é constituído por dois edifícios construídos em alvenaria típica da região (xisto e quartzito), com tulhas, moinho de tração animal, estábulo, sala das varas, sala da fornalha, sala das duas prensas de vara, tanque das tarefas, moinho hidráulico e prensa hidráulica vertical, roda de água vertical. No piso superior do Lagar de Varas está patente a exposição permanente "O Azeite: Ouro de Ródão", onde é apresentada uma perspetiva territorial enquadrada em todo o tipo de património associado à produção do azeite existente no concelho com testemunhos históricos e atuais. É uma oportunidade para ter contacto com o mundo do azeite e a história do concelho de Vila Velha de Ródão.



Núcleo Museológico do Azeite

de Sarnadas do Ródão,
concelho de Vila Velha de Ródão

O núcleo é composto por 3 salas, por um salão polivalente destinados a eventos e exposições temporárias. Estão expostas na Sala da Receção, as tulhas em granito, a balança onde era pesada a azeitona, o senfim elétrico de transporte da azeitona para o pio de moenda, a bomba de pressão de água que acionava os dispositivos hidráulicos e o desterroador de bagaço. Na Sala das Máquinas, encontram-se os pios metálicos da azeitona e duas prensas hidráulicas com as características seiras. A Sala do Azeite, no piso mais baixo, mostra as tarefas de decantação, as medidas de azeite e os pequenos objetos do mestre lagareiro.



Uma gastronomia feita de simplicidade

As singularidades do território, das suas terras e das suas gentes rústicas, definiram a cozinha deste espaço beirão que abrange o Parque Natural do Tejo Internacional.

Espaço de fronteira, entre o Maciço Central e a grande peneplanície alentejana, a Beira Baixa e a Extremadura espanhola, as raízes desta cozinha fundam-se nessa multiplicidade de influências, com forte presença das tradições pastoris, das peças de caça, do peixe de rio e, naturalmente, num lugar cimeiro, do pão e do porco, como base de sustentação da família rural.

A simplicidade é a sua imagem de marca. Não é uma cozinha de receituário que se baseie em devaneios gastronómicos ou na procura da sofisticação de sabores complexos. É a natureza a ditar leis, frequentemente avara e agreste para os que nela buscavam o seu sustento e o seu futuro. É, pois, uma cozinha prática, assente na excelência das matérias-primas de proximidade, com características rurais e populares, que lhe conferem o caráter genuíno destas terras. É, apesar de tudo, tão surpreendente quanto interessante, constatar essa ligação umbilical ao território, enriquecida, aqui e ali, pelo trabalho culinário de gerações ligadas a casas mais abastadas.

O pão de centeio (que o de trigo era um mimo e vinha de Espanha), a azeitona, o azeite ("A melhor cozinheira é a azeiteira"), o mel, a carne de porco, mas também de ovinos e caprinos, a que se acrescentavam os peixes de rio (a inevitável miga de peixe) e a caça (coelhos, lebres, perdizes, pombos bravos, tordos, entre outras espécies, a que acresce, cada vez mais o javali), quando era época, faziam os manjares desta Beira longínqua e esquecida. A presença do queijo, sobretudo produzido a partir de leite cru de ovelha, foi também um dos sustentos destes beirões, bem como, sazonalmente, os tortulhos, cogumelos ou míscaros.

Os porcos criavam-se com as sobras da cozinha e a festa familiar do dia da matança, traduzia-se em lombos, febras, presuntos, enchidos, miúdos, e alegravam muitas refeições de cachola, fritada e sarrabulho. O chamado laburdo (com fígado, entremeada e sangue de porco), associado especialmente a Salvaterra do Extremo e Monforte da Beira, e o bucho recheado à moda de Malpica do Tejo (ou bucho de ossos, típico enchido, curado pelo fumo, apresenta-se com pedaços de porco pouco

coesos e de fácil desagregação ao corte, e traduz a preocupação de aproveitamento de todas as partes do porco). são, ainda hoje, pratos que é possível encontrar na restauração local.

Enquanto os homens eram responsáveis pela desmancha do porco e salga dos presuntos, as mulheres preparavam e condimentavam a carne para manualmente encherem os chouriços, salpicões, morcelas, farinheiras, cabendo-lhes, simultaneamente, a responsabilidade de transmitir os segredos culinários às gerações mais novas da família.

Não esqueçamos a doçaria tradicional: a bica de azeite, os biscoitos, borrachões, bolos de leite, bolos de azeite, esquecidos, broas de mel, broas de banha, e, com foco na época pascal, o foliar, bolo que ocupa um maior destaque dentro das oferendas cerimoniais que ocorrem durante este período.

Um património gastronómico que reflete um território e as suas gentes, ligada ao dever das estações do ano, que ditavam tempos de abundância ou de privação alimentar, associada às festividades e religiosidades locais, às romarias e às tradições. Uma cozinha feita de simplicidade e genuinidade, à semelhança das suas gentes, que interessa preservar e valorizar.



Receitas

Laburdo à moda de Salvaterra do Extremo (Idanha-a-Nova)

Sopa tradicional no almoço no 1º e 2º dia da matança do porco.

Ingredientes

1 cebola média picada, 50 g de banha em rama, 1 colher de chá rasa de colorau doce, 1 litro de sangue de porco, 2 colheres de café (rasas) de cominhos moídos, 6 dentes de alho pisado com sal, 1 folha de louro, pão caseiro, de véspera em fatias finas, 3 litros de água

Confeção

O sangue de porco líquido, pois na ocasião da recolha a vasilha tem no fundo algum vinagre e água e é mexido constantemente com uma colher de pau até estar arrefecido.

Antes de ser usado no laburdo deve haver a precaução de o passar por um passador de rede para não irem coágulos para a sopa.

A quantidade de sangue a utilizar no laburdo, depende da cor que ele dá à sopa. Esta deve ficar acastanhada escura. Numa frigideira deita-se a banha aos bocadinhos e logo que esta começa a fundir, a cebola picada, que se deixa alourar levemente. Na panela que está ao lume com água fervente, deita-se o conteúdo da frigideira, alho pisado em sal, 1 folha de louro, colorau e cominhos a gosto.

Depois de ferver um bocadinho tira-se para fora do lume e lentamente para não talhar, deita-se o sangue através de um passador de rede. Enquanto se faz esta operação deve mexer-se o líquido com uma colher de pau.

A panela volta ao lume (sem deixar de se mexer) brando a retomar a fervura. O sangue coze cerca de 1 ou 2 minutos em fervura muito lenta, mexendo-se continuamente. Mergulha-se então a extremidade de uma fatia de pão no líquido para verificar a cor (que deve ser escura).

Retificam-se os temperos; se estiver clara, deita-se um pouco mais de sangue. Logo que se considera apaladada, a saber bem a cominhos, deita-se o líquido sobre o pão cortado na terrina, abafa-se e come-se bem quente.

Sopa de peixe, à moda de Vila Velha de Ródão

Tradicionalmente eram feitas pelos pescadores quando andavam na faina piscícola.

Ingredientes

1.5 Kg de peixe do rio (barbo), 3 a 4 tomates, meia cebola, 3 a 4 dentes de alho, 1 ramo de poejo, 1 ramos de hortelã, 100 ml de azeite, algumas fatias de pão tradicional.

Confeção

Faz-se um refogado com azeite, cebola, alhos, folha de louro, tomate e poejos. Adiciona-se a água e coze-se o peixe (de preferência barbo). Retira-se o peixe, depois de cozido, para uma travessa, batem-se os ovos com o vinagre e mistura-se com o caldo. Para uma bacia, cortam-se fatias finas de pão duro. Deita-se o caldo por cima do pão e o peixe é retirado para um prato e servido ao lado.



Bucho de Ossos à moda de Malpica do Tejo

Típico enchido, curado pelo fumo, apresenta-se com pedaços pouco coesos e de fácil desagregação ao corte, e traduz a preocupação de aproveitamento partes menos nobres do porco.

Ingredientes

1 bucho de porco e as carnes ensanguentadas, o esófago e traqueia de um porco, 1 chávena de sangue de porco (líquido), 1 cebola, 1 ramo de salsa, 1 colher de sopa de cominhos, 1 /2 copo de vinho tinto, 2 laranjas, orégãos e sal.

Confeção

Prepara-se o bucho de porco, cortam-se as carnes, o esófago e a traqueia do porco em bocadinhos, pode também juntar-se a membrana que reveste interiormente o bucho (também cortada. Se a quantidade de carnes não for suficiente, junta-se a carne do lombinho, entrecosto (com as cartilagens), etc. Junta-se a estas carnes a cebola e a salsa picadas, o vinho, o sangue, o sumo das laranjas, orégãos reduzidos a pó e sal. Deixa-se ficar tudo assim de um dia para o outro.

Barra-se ou não o bucho interiormente com um pouco de alho e enche-se com o preparado acima descrito. Fecha-se a abertura cosendo-a com agulha e linha e ata-se com várias gutas para que o bucho fique sustido. Enfia-se o bucho num pau (ou numa colher de pau) e introduz-se numa panela com água a ferver cozendo em suspensão. Tendo água de cozer as morcelas, deverá cozer-se o bucho nessa água. Depois de cozido, põe-se o bucho ao fumeiro (um pouco afastado), durante 2 ou 3 meses.

Na altura de servir, coze-se o bucho em água, juntamente com couve branca local. As couves servem de acompanhamento.



Pontos de interesse

Campo de rosmaninho

Na primavera, o Parque Natural do Tejo Internacional cobre-se de matos floridos e vegetação aromática que é já uma celebração icónica desta região.



Canhão do Erges

Este canhão fluvial, o maior afloramento rochoso de origem granítica na região do Tejo Internacional, corresponde a um importante local de nidificação e de repouso para várias espécies de aves necrófagas e rupícolas, como é o caso do abutre-do-egipto.

Matos

Os matos além de cumprirem serviços ambientais de relevo, nomeadamente, na conservação do solo, no abrigo e alimentação de espécies, constituem um elemento cênico que valoriza as paisagens do Parque.





Muro apiário

Os muros apiários são infraestruturas que foram construídas com a principal função de proteger os cortiços, colocados no seu interior, não só de incêndios, do vento e rigores do clima em geral, mas também de animais como o texugo, javalis e urso-pardo (que em tempos aqui existiu).



Ponte romana de Segura

A Ponte de Segura é uma infraestrutura da era romana, construída sob a égide de Trajano, durante o séc. II, fazendo parte da rota que ligava Mérida, em Espanha, à antiga Egitânia (que corresponde à atual Idanha-a-Velha), em Portugal.



Portas de Ródão

As Portas de Ródão, Monumento Natural, contíguo ao PNTI, é uma formação geológica situada perto de Vila Velha de Ródão. Este monumento geológico resultou da intersecção do relevo quartzítico da Serra das Talhadas com o curso do Rio Tejo. Trata-se de um local privilegiado de observação da avifauna.



Ribeira do Aravil

A ribeira do Aravil nasce na serra da Murracha, no concelho de Idanha-a-Nova. Ao longo das suas margens observam-se galerias de salgueiro-branco. A galeria de vegetação serve de *habitat* à lontra, ao cágado-mediterrânico e peixes, como o barbo-de-steindachner.



Delimitadores de propriedade com laje de xisto

A função de definir as extremas entre o público, o privado e o baldio emerge dos tempos ancestrais e, neste caso, é materializada utilizando um recurso da terra, conseguindo-se um resultado perene e de uma beleza rara e icónica deste território.

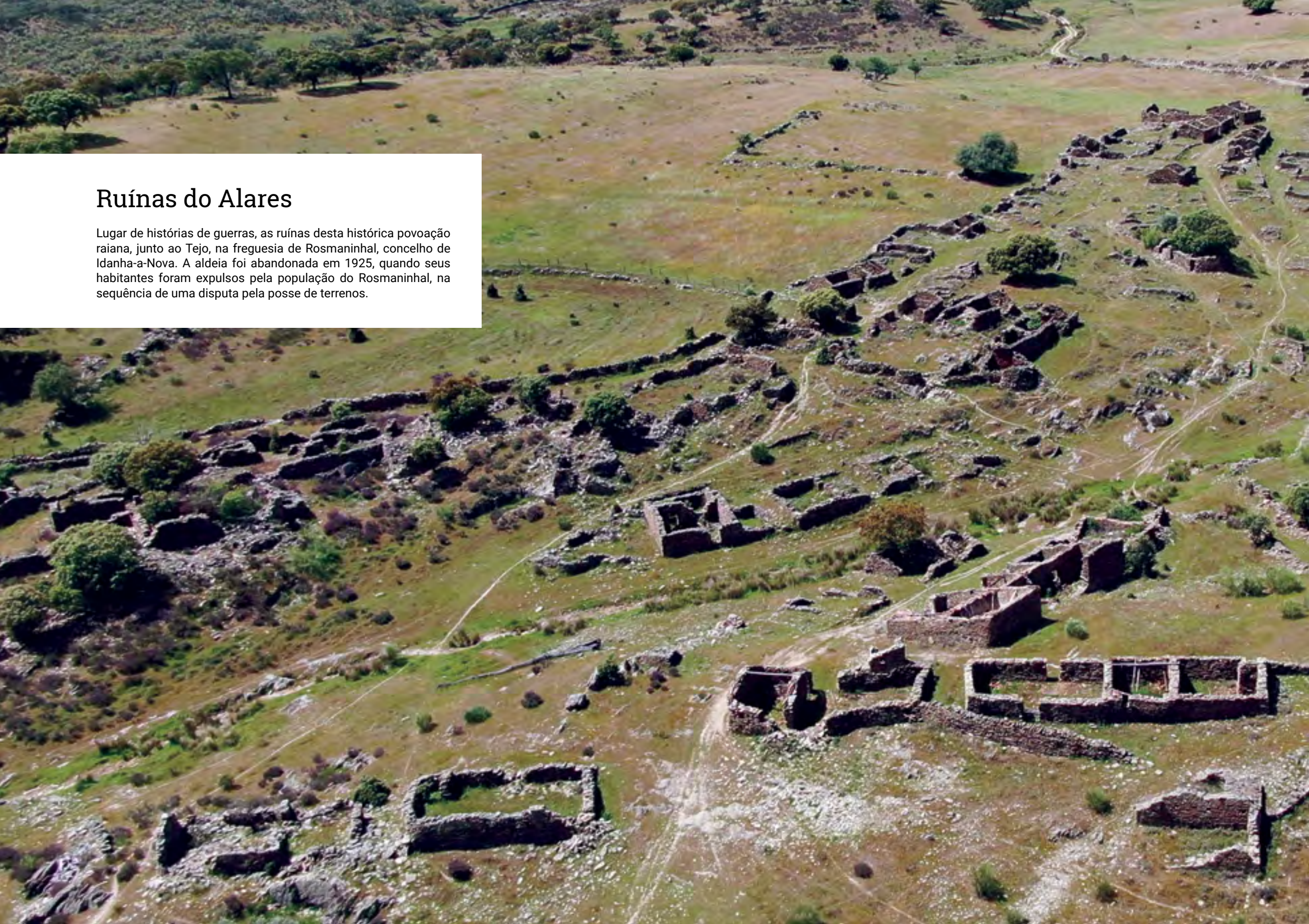



Tejo e Ribeira do Marmelal

Ribeira do Marmelal, com *habitats* prioritários de conservação como os tamujais e freixiais e presença de espécies como o cá-gado-de-carapaça-estriada e a boga-portuguesa. Área de conservação de montado de sobro e floresta de azinhal onde habitam várias centenas de outras espécies, algumas das quais em perigo de extinção.

Ruínas do Alares

Lugar de histórias de guerras, as ruínas desta histórica povoação raiana, junto ao Tejo, na freguesia de Rosmaninhal, concelho de Idanha-a-Nova. A aldeia foi abandonada em 1925, quando seus habitantes foram expulsos pela população do Rosmaninhal, na sequência de uma disputa pela posse de terrenos.



An aerial photograph showing the ruins of the Peñafiel Castle perched on a high, rocky cliff. The cliff face is rugged and covered with patches of green vegetation. Below the cliff, a deep canyon is carved into the landscape, with a river flowing through its center. The river is surrounded by dense greenery and rocky banks. The sky is filled with soft, white clouds, and the overall scene is a mix of natural beauty and historical significance.

Salvaterra do Extremo Castelo Peñafiel

Do lado português avista-se o castelo de Peñafiel, construído no cimo de um afloramento escarpado de constituição granítica, tendo como vista panorâmica o canhão fluvial do Rio Erges. Em tempos, foi português, tendo passado para a administração espanhola aquando da definição das fronteiras entre os dois países.



Nota final

O Parque Natural do Tejo Internacional é um território fronteiriço que tem vindo a sofrer, ao longo de décadas, um processo contínuo de despovoamento das suas aldeias, constituindo, atualmente, um território de muito baixa densidade. Trata-se de um espaço rico e diverso em termos paisagísticos, florísticos e faunísticos, detendo, igualmente, um amplo património histórico e cultural, associado às tradições e às atividades económicas de base, como a pecuária e a agricultura.

Gerido numa perspetiva que tem valorizado uma ótica conservacionista, de preservação e valorização dos valores naturais, importa agora olhá-lo, também, numa ótica que permita, de acordo com princípios de desenvolvimento sustentável, compatibilizar essas finalidades com atividades criadoras de emprego e com o reforço dos laços identitários das comunidades locais.

É esse o grande desafio que se coloca ao Parque Natural do Tejo Internacional e, nesse sentido, a recente iniciativa legislativa que institui o modelo de cogestão, envolvendo a participação ativa dos municípios, de associações empresariais, de instituições de ensino superior e de associações ambientalistas, vem reforçar a necessidade de aprofundar esse caminho de, chamemos-lhe, assim, territorialização da política de conservação.

Bibliografia

Monografias

- “Alteração da área geográfica do Parque Natural do Tejo Internacional”. Decreto regulamentar nº 21/2006, de 27 de dezembro - Diário da República, 1.ª série – N.º 247 – 27 de Dezembro de 2006.
- APA - Agência Portuguesa do Ambiente (2016). “Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste” [2016-2021].
- Carvalhinho, J. (2003). “A Flora e Vegetação dos Habitats Naturais do Parque Natural do Tejo Internacional”. Relatório Final, Volume I - Flora. Castelo Branco.
- Carvalhinho, J. (2004). “A Flora e Vegetação dos Habitats Naturais do Parque Natural do Tejo Internacional”. Relatório Final, Volume II - Vegetação. Castelo Branco.
- Costa Basto, Maria de Lurdes (1992). “Cozinha Regional da Beira Baixa”, Publicações Europa-América, Mem Martins.
- Costa, J.C., Aguiar, C., Capelo, J.H., Lousã, M. & Neto, C. (1998). “Biogeografia de Portugal Continental”. Quercetea 0:5-56.
- “Criação do Parque Natural do Tejo Internacional.” Decreto regulamentar nº 9/2000, de 18 de agosto - Diário da República, 1.ª série - B N.º 190 – 18 de Agosto de 2000.
- Franco, J.A. (1971). “Nova Flora de Portugal”, Vol. I. Sociedade Astória Lda., Lisboa.
- ENCNB 2030 (2018). “Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030.” Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, Diário da República N.º 87 de 7 de maio de 2018
- Franco JA. (1984). “Nova Flora de Portugal”, Vol. II. Sociedade Astória Lda., Lisboa.
- Franco, J.A. & Rocha Afonso, M.L. (1994). “Nova Flora de Portugal,” Vol. III, fascículo I. Escolar Editora, Lisboa.
- Franco, J.A. & Rocha Afonso, M.L. (2003). “Nova Flora de Portugal”, Vol. III, fascículo III. Escolar Editora, Lisboa.
- Gonçalves, P. (2013). “Trabalhos realizados em Flora e Vegetação no Parque Natural do Tejo Internacional e no Sítio de Importância Comunitária PTCON0028 Gardunha”. Relatório de Trabalho, Castelo Branco.
- ICNB (2007). “Estudos de Caracterização. Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional”.

ICNF (2018). "Programa Especial do Parque Natural do Tejo Internacional". Relatório do Programa-Junho
Mãe d'Água (2014). "Estabelecimento de indicadores para a avaliação e acompanhamento das ITI Serra da Estrela e ITI Tejo Internacional". Relatório Final.

Marabuto, E., Pires, E. & Corley, M. (2013). "The Lepidoptera of Parque Natural do Tejo Internacional", Portugal (Insecta: Lepidoptera). HILAP Revta. lepid., 41 (161). pp 5-42.

Maravalhas, E. (Ed) (2003). "Borboletas de Portugal". ApoloBooks, Dinamarca. 455p

Marcelo, M. Lopes (1993), "Beira Baixa", Editorial Presença, Lisboa.

Pinto-Gomes, C. (1997). "Habitats naturais e de espécies da flora de Portugal (Continente)". Relatório final. Universidade de Évora. Évora.

"Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional" (POPNTI).

"Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional." Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro - Diário da República, 1.ª série — N.º 228 — 24 de Novembro de 2008.

Ribeiro, Orlando (1986). "Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico", Livraria Sá e Costa Editora, Lisboa.

Ribeiro, S., Gonçalves, P. & Espírito-Santo, M.D. (2012). "Land-use influence on Mediterranean perennial swards of *Poa bulbosa*: a case study in the International Tagus Region". Lazaroa, 33: 51-64.

Websites

www.cm-idanhanova.pt

www.cm-castelobranco.pt

www.cm-vvrodao.pt

<http://natural.pt>

www.icnf.pt

www.quercus.pt

Outros documentos

Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril.

Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 08 de novembro.

Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2014, de 10 de março.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2013, de 28 de outubro.

Autores das fotografias

ADRACES

Página: 86.

Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

Páginas: 88 e 89.

Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão

Páginas: 92 e 93; 94 e 95.

Carlos Reis

Páginas: 10; 18; 22; 24; 27; 28; 31; 33; 34; 36; 37; 44 (centro e baixo); 45 (centro); 70; 73; 74; 76; 78; 80; 81; 82; 84; 85; 90 e 91; 96; 98; 101; 102 e 103; 104 e 105; 106 e 107; 108 e 109; 110 e 111; 112 e 113; 114 e 115; 116 e 117; 118 e 119; 120 e 121; 122 e 123.

Francisco Clamote

Página: 68.

João Carlos Gomes Belo Farinha

Página: 51.

Luís Quinta-Nova

Páginas: 57; 60; 61; 62; 63; 64; 65.

Mário Ramos

Página: 99.

Paulo Rocha Monteiro

Páginas: 54; 69.

Quercus

Páginas: 45 (cimo); 53.

Shutterstock.com

Páginas: 44 (cimo); 45 (baixo); 46 e 47; 48 e 49; 50; 52; 66; 67.

